

**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Goiás



AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Relatório 2015

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2015

GOIÂNIA-GO
Março/2016

Presidente da República Federativa do Brasil

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação

Aloizio Mercadante

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Marcelo Machado Feres

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Jerônimo Rodrigues da Silva

Comissão Própria de Avaliação nomeada pela Portaria IFG nº 2235/2014

MEMBROS TITULARES

Eliézer Alves Teixeira – Docente (*Campus Jataí*) - Presidente

Alan de Freitas Oliveira – Docente (*Campus Anápolis*)

Ana Paula Araújo Martins – Técnico-Administrativo (*Campus Itumbiara*) – Secretária Administrativa

Flávia Oliveira Cabral – Discente (*Campus Goiânia Oeste*)

Higor Henrique Garcia Marques – Discente (*Campus Itumbiara*)

Antoniél Aniceto de Oliveira – Sociedade Civil Organizada (IFGoiano)

Regina Beatriz Bevilácqua Vieira – Sociedade Civil Organizada (UFG)

MEMBROS SUPLENTES

Luiz Fernando Batista Loja – Docente (*Campus Luziânia*)

João Baptista Chieppe Júnior – Docente (*Campus Inhumas*)

Íthalo Fabrício Gonçalves Soares de Oliveira – Discente (*Campus Luziânia*)

Thiago Diniz dos Santos – Sociedade Civil Organizada (IFGoiano)

Maria Helena Jayme Borges – Sociedade Civil Organizada (UFG)

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Maria Emilia Perez de Oliveira Marinho – Secretária das Comissões

SUBCOMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO DOS CAMPUS

PORTARIA Nº 307, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

CAMPUS ANÁPOLIS			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
2218555	Julio César Saavedra Vásquez	Docente	Titular- Coordenador
1977063	Marcelo Ferreira Milhomens	Docente	Suplente
2043142	Tatiana Cristina Ribeiro	Técnico- Administrativo	Titular
1829435	Juliana Cecília Padilha de Resende	Técnico- Administrativo	Suplente
20151060090049	Osias Resplande Chaves	Discente	Titular

PORTARIA Nº 308, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

CAMPUS FORMOSA			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
1788910	Luis Claudio Rocha Henriques de Moura	Docente	Titular- Coordenador
2912440	Viviane Bueno Guimaraes	Técnico- Administrativo	Titular
2187649	Alexandre Borges Fernandes Camozzi	Técnico- Administrativo	Suplente
20121070010020	Luely Suzel Lima Oliveira	Discente	Titular

PORTARIA Nº 309, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

CAMPUS GOIÂNIA			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
1515969	Alex Diniz Lopes	Docente	Titular- Coordenador
271303	Iran Martins do Carmo	Docente	Suplente
270895	Martha Araujo Batista Prado	Técnico- Administrativo	Titular
271052	Marilene dos Santos	Técnico- Administrativo	Suplente
20112010700436	Lucas Rodrigues de Paula	Discente	Titular
20151010700234	Ingrid Isabela Ferreira de Oliveira	Discente	Suplente

PORTARIA Nº 310, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

CAMPUS ITUMBIARA			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
1119604	Mateus Almeida de Freitas	Docente	Titular- Coordenador
3865245	Giselle Carvalho Bernardes	Docente	Suplente
1938783	Renistenes Eunice Costa Campelo	Técnico- Administrativo	Titular
1771997	Ana Carolina de Lima Pereira	Técnico- Administrativo	Suplente
20131040070064	Hérica Caroline Campos Cardoso	Discente	Titular
20141040070142	Letícia Abdias Felipe	Discente	Suplente

PORTARIA Nº 311, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

CAMPUS JATAÍ			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
1591706	Patricia Tinoco Santos	Docente	Titular- Coordenador
2779762	Aline da Silva Magalhaes	Docente	Suplente
1939618	Valeria Silva Marques	Técnico- Administrativo	Titular
1942552	Ernane Mendes Souza Freitas	Técnico- Administrativo	Suplente
20112020040196	Junio Silas Batista Pessoa	Discente	Titular
20141020040191	Andressa de Melo Rodrigues	Discente	Suplente

PORTARIA Nº 312, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

CAMPUS LUZIÂNIA			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
1883913	Domingo Stalin Aguero Martinez	Docente	Titular- Coordenador
1969423	Thiago Peixoto dos Reis	Docente	Suplente
2167129	Rafael Henrique de Sousa Meireles	Técnico- Administrativo	Titular
1154713	Bruno Reni Lins	Técnico- Administrativo	Suplente
20141080080246	Erika Alves Sardinha	Discente	Titular
20102080010252	Ricardo da Costa Silva Camilo Alves	Discente	Suplente

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- APL – Arranjos Produtivos Locais
- AUDIN – Auditoria e Interna
- CAFe – Comunidade Acadêmica Federada
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CAPII – Comissão de Assessoramento em Propriedade Intelectual e Inovação
- CAPT – Coordenação de Ações Profissionais e Tecnológicas
- CAS – Coordenação de Assistência ao Servidor
- CEFET-GO – Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás
- CGU – Controladoria Geral da União
- CIS – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos
- CITE – Centro de Inovação Tecnológica
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
- CONSUP – Conselho Superior
- CPA – Comissão Própria de Avaliação
- CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
- DE – Dedicção Exclusiva
- DINTER – Doutorado Interinstitucional
- EaD – Ensino a Distância
- EDUCACENSO – Censo da Educação Básica
- EEB – Empréstimo entre Bibliotecas
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- ENADE – Exame Nacional de Estudantes
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ETFG – Escola Técnica Federal de Goiás

ETFs – Escolas Técnicas Federais

ETs – Escolas Técnicas

FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás

FIC – Formação Inicial e Continuada

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GIPLÉ – Grupo Interdisciplinar de Letramentos

GIZ GmbH – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit

ICPEdu – Infraestrutura de Chaves Públicas para Ensino e Pesquisa

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituições de Educação Superior

IFES – Instituições Federais de Educação Superior

IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

IFGoiano – Instituto Federal Goiano

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

IPP – Instituto Politécnico do Porto

JIF – Jogos dos Institutos Federais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOA – Lei Orçamentária Anual

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MINTER – Mestrado Interinstitucional

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica

NOVA – Northern Virginia Community College

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PES – Programa Esplanada Sustentável

PET – Programa de Educação Tutorial

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação de Docência

PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PIPECT – Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores

PIQS – Programa Institucional de Bolsa de Qualificação de Servidores

PIVIC – Programa Institucional de Voluntário de Iniciação Científica

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PPI – Projeto Pedagógico da Instituição

PROAD – Pró-Reitoria de Administração

ProAPP – Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEN – Pro-Reitoria de Ensino

PROEXT – Programa de Extensão Universitária

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

PUC-Goiás – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Rede CERTIFIC – Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SECITEC – Semana de Educação, Ciência e Tecnologia

SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Anápolis

SENITIF – Seminário Nacional de Inovação Tecnológica nos Institutos Federais de Educação

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPÉ – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIB – Sistema Integrado de Bibliotecas

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

SIGA-EPT – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação Profissional e Tecnológica

SIGEPE – Sistema de Gestão de Pessoas

SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação

SIMPEEX – Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISTec – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SiSU – Sistema de Seleção Unificada

SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFG – Universidade Federal de Goiás

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

Sumário

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	DADOS DA INSTITUIÇÃO	20
1.2	HISTÓRICO	20
1.3	A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DO IFG	23
2	METODOLOGIA	28
2.1	INSTRUMENTOS UTILIZADOS	29
2.1.1	<i>Questionários de Autoavaliação.....</i>	<i>30</i>
3	RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO	41
3.1	Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	44
3.1.1	<i>Resultados da Autoavaliação 2015 Referentes à Dimensão 8.....</i>	<i>45</i>
3.2	Eixo 2: Desenvolvimento Institucional.....	46
3.2.1	<i>Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.....</i>	<i>46</i>
3.2.2	<i>Dimensão 3: RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO</i>	<i>53</i>
3.2.3	<i>Resultados da Autoavaliação 2015 Referentes à Dimensão 1.....</i>	<i>54</i>
3.3	Eixo 3: Políticas Acadêmicas	54
3.3.1	<i>Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.....</i>	<i>55</i>
3.3.2	<i>Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade</i>	<i>72</i>
3.3.3	<i>Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes.....</i>	<i>85</i>
3.4	Eixo 4: Políticas de Gestão	89
3.4.1	<i>Dimensão 5: Política de Pessoal.....</i>	<i>90</i>
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93

1 INTRODUÇÃO

Este Relatório apresenta a Autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) referente ao ano de 2015 e é apresentado em sua versão parcial, atendendo a recomendação da NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES N° 065. A versão é parcial, pois aborda o **Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional** com a Dimensão 8: Planejamento e Avaliação; o **Eixo 2: Desenvolvimento Institucional** com a Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e a Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição; o **Eixo 3: Políticas Acadêmicas** com a Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, a Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade e a Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes; a Dimensão 5: Políticas de Pessoal do **Eixo 4: Políticas de Gestão..**

A autoavaliação é um dever imposto às Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs) pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Neste sentido, a Reitoria do IFG realizou eleições no ano de 2014 para formar a atual Comissão Própria de Avaliação (CPA), que foi nomeada pela Portaria N° 2235, de 1° de dezembro de 2014, substituindo assim a comissão anterior, que foi reconstruída em caráter provisório por meio da Portaria nº 1.431, de 27 de agosto de 2012. A eleição e a formação da atual CPA teve como finalidade a conclusão do trabalho de atualização dos Relatórios referentes aos anos de 2013 e 2014, iniciados pela CPA anterior, e a realização da autoavaliação institucional do ano de 2015.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Em seu art. 11, esta Lei estabelece que *“Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação – CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes: I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos; II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.”*

A atual CPA tomou posse em 1° de dezembro de 2014 e procurou envolver os diferentes segmentos que constituem a Instituição, ação que envolveu discentes, docentes, técnicos e diversos setores administrativos e pedagógicos, de forma que cada integrante da comunidade

acadêmica do IFG se sentisse responsável e coparticipante do processo de autoavaliação institucional.

1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Sigla: IFG

Código da IES/e-MEC: 1811

CNPJ: 10.870.883/0001-44

Natureza jurídica: autarquia federal

Caracterização da IES: instituição pública federal de ensino

Estado: Goiás

Endereço da Reitoria: Av. Assis Chateaubriand nº 1.658, Setor Oeste, Goiânia-GO

Campi: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso.

1.2 HISTÓRICO

A história de implantação e de desenvolvimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia tem início com a construção, no Brasil, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O embrião da Rede Federal foi a criação de dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices pelo então presidente da República Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.

As mudanças que ocorreram nos projetos que visavam a construir tal rede – que vinha se desenvolvendo processualmente ao longo da História – tiveram como marcas o ano de 1941, com a transformação das Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, e no mesmo ano, em Escolas Industriais, em alguns Estados, e em Escolas Técnicas noutros, como foi o caso de Goiás.

Em 1968, noutro movimento desse processo, essas instituições assumiram a denominação de Escolas Técnicas Federais (ETFs). Entre 1978 e 2001, as Escolas Técnicas Federais passaram, individualmente, em sua maioria, pela transformação que deu origem aos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Nesse mesmo período, também foram transformadas em CEFETs algumas Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) em vários Estados.

As EAFs, assim como os CEFETs, faziam parte da Rede Federal de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (MEC).

As atividades da atual Instituição tiveram início na antiga capital de Goiás, Vila Boa, hoje cidade de Goiás. Com sua transferência para Goiânia, passou a funcionar, a partir de 1942, com a denominação de Escola Técnica de Goiânia, oferecendo cursos na área industrial, os quais ainda não tinham equivalência com o ensino secundário regular.

Em fevereiro de 1959, a Escola foi transformada em autarquia federal, com autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Em agosto de 1965, passou a se denominar Escola Técnica Federal de Goiás, atuando basicamente na oferta de cursos técnicos na área industrial, integrado ao ensino de 2º grau. Por Decreto sem número, de 22 de março de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 23 de março de 1999, a então Escola Técnica Federal de Goiás foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO).

Em 2008, os CEFETs (com exceção do CEFET-MG e CEFET-RJ) e as EAFs foram transformados em Institutos Federais, com fundamento na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). De acordo com a lei mencionada, também compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e os Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, além das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. A Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, incluiu o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, na mencionada Rede Federal de Ensino, tendo em vista que esse colégio já fazia parte da mesma rede que abrigava os CEFETs e EAFs.

Ao longo de mais de cem anos de existência, essas instituições passaram por diversas terminologias de identificação e vários perfis de atuação, sempre voltadas para o desenvolvimento da Educação Profissional nos Estados e no País. E neste momento, quando o número de unidades de ensino dessa Rede Federal salta de 140, até o ano de 2005, para 354 unidades num prazo de cinco anos, é natural que essa Rede de Ensino passe por um processo de reorganização e avaliação criteriosa do seu papel social.

A nova identidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás apontou para a consolidação de seu trabalho como instituição de ensino básico, superior e de pós-graduação, com instrumentos legais e acadêmicos pensados nas três áreas de abrangência (ensino, pesquisa e extensão) que viabilizem a sua atuação, ao tempo em que se estabeleceu

como sua a responsabilidade social pela oferta de cursos técnicos, tecnológicos, bacharelados e licenciaturas, preferencialmente com a formação integrada à educação geral.

Paralelamente a todas essas transformações, o Instituto Federal de Goiás tem buscado criar instrumentos, instâncias e programas que qualifiquem as suas intervenções em âmbito social e regional. Nesse sentido, teve início em 2009 a reestruturação das áreas administrativas e pedagógicas, buscando articulá-las às necessidades sociais e educativas. Para isso, criou-se o Estatuto do IFG.

Em relação à pesquisa e pós-graduação, instituíram-se e consolidaram-se os Programas de Iniciação Científica, com o objetivo de incentivar e viabilizar a participação de diversos pesquisadores em encontros, seminários e jornadas científicas. Por fim, instituiu-se e se buscou a consolidação de uma política de formação continuada, por meio de programas de bolsas de pesquisa para mestrandos e doutorandos da Instituição.

Com a transformação dos CEFETs em Institutos Federais, Goiás passou a contar com dois Institutos, sendo o primeiro constituído a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, inicialmente com os *Campi* de Goiânia, Jataí, Inhumas, Itumbiara, Anápolis e Luziânia e a Reitoria instalada em Goiânia, e o segundo, o Instituto Federal Goiano, formado pela fusão dos CEFETs de Rio Verde e de Urutaí e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres, com Reitoria também localizada em Goiânia.

Atualmente, o Instituto Federal de Goiás possui dez *Campi* em funcionamento (Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu) e cinco em implantação (Águas Lindas de Goiás, Goiânia Oeste, Novo Gama, Senador Canedo e Valparaíso de Goiás).

O Instituto Federal de Goiás é uma autarquia federal detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais, na forma da Lei 11.892/2008. O IFG é uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, atuando também na formação de professores.

A Instituição tem por finalidade formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, bem como realizar pesquisas e promover o desenvolvimento tecnológico de novos

processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada, visando à integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e superior, por meio da melhoria da infraestrutura física, do quadro de pessoal docente e técnico-administrativo e dos recursos de gestão.

O IFG orienta a sua atuação visando à consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais, educativos e culturais locais e regionais, qualificando-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, por meio do oferecimento da capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes municipais e estaduais de ensino.

A Instituição oferece desde a educação básica à pós-graduação *lato e stricto sensu*, com ênfase no ensino técnico integrado ao ensino médio. Na educação superior, prevalecem os cursos de tecnologia, especialmente na área industrial, e os de bacharelado e licenciatura. Na educação profissional técnica de nível médio, o IFG atua de forma integrada, atendendo também ao público de jovens e adultos, por meio do Programa de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Na Educação a Distância, oferece cursos técnicos de nível médio e técnicos subsequentes. Atualmente, oferece cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) vinculados ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e participa de programas governamentais como Mulheres Mil e Profucionário.

1.3 A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DO IFG

A Comissão Própria de Avaliação do IFG nomeada Portaria N° 2235, de 1º de dezembro de 2014, tem a finalidade de avaliar a Instituição tendo em vista as dez dimensões estabelecidas na lei de criação do SINAES e promover a cultura da avaliação institucional.

Em observância aos dispositivos da Lei nº 10.861/2004, a Reitoria do IFG instituiu a CPA/IFG, por meio de processo eleitoral contemplando representantes dos segmentos técnico-administrativo, docente, discente e oriundos de toda a comunidade acadêmica. Os membros da sociedade civil organizada são servidores da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do Instituto Federal Goiano (IFGoiano).

A partir da instalação da CPA/IFG, as atividades foram planejadas para o desenvolvimento do trabalho de autoavaliação referente ao ano de 2015. Para isso, foi criado um plano de trabalho considerando os seguintes aspectos:

- Capacitação dos membros e entrega de documentos legais e de materiais da Diretoria Executiva, da Procuradoria Educacional Institucional (PEI) e da Assessoria de Relações Institucionais para a CPA.
- Instalação da CPA na sala de Comissões, localizada no Anexo à Reitoria.
- Contato com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) para informatização do questionário de autoavaliação institucional.
- Informes, discussão e apreciação dos documentos institucionais e Relatórios elaborados pela CPA anterior.
- Contato com o Colégio de Dirigentes para realização de reunião com a comunidade acadêmica, com o objetivo de sensibilizar a comunidade e selecionar os membros para compor as Subcomissões Locais da CPA.
- Início da sensibilização e capacitação da comunidade acadêmica e seleção dos membros das subcomissões locais em cada *campus*.
- Elaboração e aplicação dos questionários eletrônicos de autoavaliação por meio de link disponibilizado na página da CPA.
- Elaboração, por parte das Subcomissões de Avaliação, dos relatórios de cada *Campus*.
- Análise das respostas e elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional referente ao ano de 2015.
- Apreciação e revisão dos relatórios de autoavaliação.
- Entrega do Relatório de Autoavaliação 2015 para cadastro no sistema e-MEC pela Procuradoria Educacional Institucional (PEI).

Em 2015, a CPA solicitou o apoio dos Diretores-Gerais, por meio do Colégio de Dirigentes, em reunião realizada no dia 29/04/2015, para formar as Subcomissões Locais nos *Campi*, para cumprir o disposto no § 1º, Art. 8º, do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, aprovado pela Resolução nº 006, de 31 de março de 2014, que estabelece que haverá Subcomissão Local em cada *Campus*, a exceção dos recém implantados. Como resultado desta ação, foram formadas as subcomissões nos *campi*: Anápolis, Formosa, Goiânia,

Itumbiara, Jataí e Luziânia. Nessas visitas, a CPA realizou palestras com a comunidade acadêmica sobre o tema “Autoavaliação Institucional” e repassou informações a respeito dos trabalhos que estavam previstos para serem realizados em 2015. Além disso, nesses encontros os nomes dos integrantes das Subcomissões Locais foram escolhidos em assembleias ou indicados pela Direção-Geral, de modo a contemplar os segmentos técnico-administrativo, docente e discente.

Conforme previsto no art. 11 da Lei nº 10.861/2004, a CPA é de constituição obrigatória em cada Instituição de Ensino Superior (IES) do País, tendo a prerrogativa de avaliar a IES de forma autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. Finalizada a avaliação, a CPA apresentará o relatório à PEI, que realizará o cadastro no sistema e-MEC/INEP. Um dos objetivos da autoavaliação é mostrar para a IES como a comunidade percebe sua atuação em relação às dimensões estabelecidas no SINAES, indicando caminhos para que a IES possa rever e aperfeiçoar seus procedimentos internos relacionados às dez dimensões, as quais estão relacionadas a seguir.

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional.

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

IV – a comunicação com a sociedade.

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

IX – políticas de atendimento aos estudantes.

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Em consonância com a Lei Federal nº 10.861/2004, esta autoavaliação procura identificar o perfil e o significado de atuação do IFG, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais. Seu objetivo fundamental é contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino nos diferentes níveis e modalidades ministrados pelo IFG, impulsionando as adequações e transformações porventura necessárias, suscitando reflexões e ações que deem sustentabilidade ao exercício de adequação e transformação necessárias à consolidação dessa importante Instituição de ensino, pesquisa e extensão.

Esta autoavaliação não se resume estritamente ao ensino ministrado em sala de aula, isto é, não se reduz a apenas isso, tendo em vista que as dez dimensões englobam também outros temas que concorrem enormemente para uma educação de qualidade, como as políticas para a carreira docente e técnico-administrativa, a infraestrutura física, as políticas de atendimento aos estudantes, o planejamento, a gestão, a sustentabilidade financeira, a comunicação com a sociedade, dentre outros.

Diferentemente dos Relatórios de 2013-2014, sistematizados *extra tempora* por esta Comissão, com base apenas em documentos institucionais disponíveis, este Relatório apresenta um componente a mais. Trata-se de uma pesquisa conduzida *online* pela CPA no *site* do IFG (ifg.edu.br/cpa), composta de seis questionários destinados a segmentos específicos: técnico-administrativos, docentes, discentes do ensino superior, discentes da pós-graduação e comunidade externa. Esses questionários permaneceram disponíveis na Internet no período de 15 de dezembro de 2015 a 29 de janeiro de 2016, tendo em vista que houve greve no ano letivo de 2015. Sendo assim, diversos *campi* estenderam suas atividades até o início do ano calendário de 2016. Portanto foi possível maior participação da comunidade acadêmica adotando-se este prazo estendido. Acredita-se que esse prazo foi mais do que suficiente para que todos os segmentos acadêmicos tivessem conhecimento da existência da pesquisa e tempo para participar dela.

A pesquisa realizada por meio dos questionários teve o objetivo de obter a perspectiva que diversos segmentos vinculados ao IFG têm a respeito das dimensões do SINAES elencadas no art. 3º da Lei nº 10.861/2004 e que devem ser observadas pela Instituição. Não houve a participação de pessoas externas à CPA na criação dos questionários em razão principalmente da exiguidade do tempo para finalização das avaliações, mas também porque a CPA possui autonomia prevista em Lei para realizar seu trabalho.

Embora tenha sido elaborado com esmero, opiniões divergentes à metodologia adotada neste trabalho, bem como em relação aos resultados aqui apresentados, serão proveitosos na elaboração das próximas autoavaliações.

2 METODOLOGIA

Para a produção deste Relatório, a Comissão Própria de Avaliação planejou e desenvolveu as seguintes ações sucessivas:

- Visitas aos *campi* do IFG para composição das Subcomissões Locais de Autoavaliação.
- Análise do Relatório de Gestão 2015 do IFG.
- Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI¹.
- Início da elaboração do Relatório de Autoavaliação 2015, a partir dos documentos institucionais, observadas as dez dimensões da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
- Elaboraões de seis questionários de autoavaliação.
- Lançamento da pesquisa *online* no *site* do IFG.
- Publicação de notícias no *site* do IFG, por meio da Diretoria de Comunicação Social da Reitoria, com orientações sobre como participar do processo avaliatório.
- Envio de mensagens por correio eletrônico (*e-mails*) aos servidores sobre a autoavaliação.
- Encerramento do período de participação na pesquisa de autoavaliação.
- Exportação dos dados da pesquisa de autoavaliação, a partir do *software LimeSurvey*.
- Organização dos dados da pesquisa por dimensão, atendendo à legislação.
- Sistematização dos dados da pesquisa.
- Análise dos resultados.
- Finalização do relatório.

Apesar do planejamento realizado, as Subcomissões de Avaliação dos *campi* não participaram diretamente da elaboração e escrita do Relatório de Autoavaliação produzido na gestão da atual CPA. Fatores diversos contribuíram para isso, incluindo a greve ocorrida no ano letivo de 2015, além da distância entre os *campi* que dificultou a articulação efetiva. Portanto, a produção do Relatório foi realizada pela CPA eleita.

¹ O PDI é o documento que orienta o planejamento da Instituição, identificando princípios, objetivos, metas, atividades e ações a serem desenvolvidas tanto no plano acadêmico quanto administrativo.

2.1 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Os instrumentos utilizados para a elaboração deste Relatório foram:

- Relatório de Gestão 2015.
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.
- Questionários de avaliação *online* 2015.

Considerando a comissão nova e, pela primeira vez, eleita, com membros de *campi* geograficamente distantes entre si e ter iniciado suas atividades somente no primeiro semestre de 2015, não foi realizado o questionário de avaliação para o período de 2013 a 2014. Restou à CPA consultar os documentos institucionais com vistas a extrair dados e informações relativas a esse período.

Para avaliar o ano de 2015, foram disponibilizados na Internet (ifg.edu.br/cpa), entre os dias 15/12/2015 e 29/01/2016, seis questionários nos moldes dos questionários aplicados em 2012 permitindo, assim, parâmetros de comparação com a realidade atual da instituição. Tais relatórios têm o propósito de obter a opinião dos seguintes segmentos que se vinculam ao IFG: discentes dos cursos de graduação, bacharelado, licenciatura e tecnologia, discentes dos cursos de pós-graduação, docentes, servidores técnico-administrativos, gestores e comunidade externa.

No *site* do IFG, constam os questionários mencionados, assim como as opções de conceitos das respostas – **plenamente adequado, muito adequado, adequado, pouco adequado, inadequado e desconheço**. Esses conceitos foram utilizados para avaliar cada um dos itens das diversas dimensões presentes nos questionários. Porém, a dimensão 10 (sustentabilidade financeira) não está contida nos questionários *online*, tendo em vista que os integrantes da CPA entenderam que os números relativos a ela são de conhecimento de um segmento restrito de servidores, isto é, apenas aqueles que lidam com as questões financeiras do IFG (lotados em setores financeiros) e o ordenador de despesas. Por isso, os dados relativos à sustentabilidade financeira apresentados nesta autoavaliação foram extraídos exclusivamente do Relatório de Gestão do Exercício de 2015.

2.1.1 Questionários de Autoavaliação

A Tabela 1 apresenta os tópicos dos questionários de autoavaliação que, para uma melhor compreensão, foram distribuídos por dimensão.

Tabela 1 - Dimensões do SINAES

Dimensão 1 - A missão e o plano de desenvolvimento institucional (Tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	
<i>Avaliação dos Documentos Institucionais</i>	
Segmento Técnico-Administrativo	Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	Divulgação do Regulamento do TCC
Segmento Discente Ensino Superior	Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	Divulgação do Regulamento do TCC
Segmento Discente Pós-Graduação	Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	Projeto Pedagógico do Curso - PPC
Segmento Docente	Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI
	Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	Regulamento do TCC
	Regulamento de Atividades Complementares
	Matrizes curriculares dos Cursos
Dimensão 2 - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização (Tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	
Segmento Técnico-Administrativo	Extensão
	- Divulgação dos cursos
	- Participação nos cursos
	- Qualidade dos cursos
	- Adequação dos cursos conforme a demanda
- Incentivo à capacitação	
Segmento Discente Ensino Superior	Curso
	- Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	- Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	- Divulgação do Regulamento do TCC
	- Realização de atividades complementares (eventos, palestras etc.)
	- Facilidade de realização do estágio
	- Realização de visitas técnicas
	- Atuação da Monitoria
	- Expectativas do <i>estudante</i> referentes ao Curso
	Atuação docente nas disciplinas técnicas
	- Apresentação do Plano de Ensino
	- Planejamento das aulas
	- Domínio do conteúdo
	- Clareza (técnicas de ensino/didática)
	- Disponibilidade para atendimento

	– Metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc.
	– Processo de avaliação da aprendizagem
	– Relação professor/ <i>estudante</i>
	– Desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado
	<i>Atuação docente nas disciplinas do núcleo comum</i>
	– Apresentação do Plano de Ensino
	– Planejamento das aulas
	– Domínio do conteúdo
	– Disponibilidade para atendimento
	– Metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc.
	– Processo de avaliação da aprendizagem
	– Relação professor/ <i>estudante</i>
	– Desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado
	<i>Extensão</i>
	– Viabilização dos projetos
	– Programação de recepção aos calouros
	– Eventos institucionais
	<i>Pesquisa</i>
	– Incentivo à iniciação e produção científica (PIBIC, PIBIT, PIBID, PVIC e outros)
	– Divulgação/publicação dos trabalhos científicos
	– Bolsa de iniciação científica
	– Auxílio para a participação em eventos científicos
	<i>Cursos</i>
	– Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	– Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	– Divulgação do Regulamento da Dissertação
	– Relação Coordenador/ <i>estudante</i>
	– Realização de atividades complementares (eventos, palestras etc.)
	– Expectativas do <i>estudante</i> referentes ao Curso
	<i>Pesquisa</i>
	– Incentivo às bolsas de pesquisa
	– Divulgação/publicação de trabalhos científicos
	– Auxílio para a participação em eventos científicos
	<i>Atuação Docente nas Disciplinas</i>
	– Apresentação do Plano de Ensino
	– Planejamento das aulas
	– Domínio do conteúdo
	– Disponibilidade para atendimento
	– Metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc.
	– Processo de avaliação da aprendizagem
	– Relação professor- <i>estudante</i>
	– Desempenho e interesse na orientação da Dissertação
	<i>Documentos Institucionais</i>
Segmento Docente	– Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
Segmento Discente Pós-Graduação	– Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	– Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	– Divulgação do Regulamento da Dissertação
	– Relação Coordenador/ <i>estudante</i>
	– Realização de atividades complementares (eventos, palestras etc.)
	– Expectativas do <i>estudante</i> referentes ao Curso
	<i>Pesquisa</i>
	– Incentivo às bolsas de pesquisa
	– Divulgação/publicação de trabalhos científicos
	– Auxílio para a participação em eventos científicos
	<i>Atuação Docente nas Disciplinas</i>
	– Apresentação do Plano de Ensino
	– Planejamento das aulas
	– Domínio do conteúdo
	– Disponibilidade para atendimento
	– Metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc.
	– Processo de avaliação da aprendizagem
	– Relação professor- <i>estudante</i>
	– Desempenho e interesse na orientação da Dissertação
	<i>Documentos Institucionais</i>
Segmento Docente	– Projeto Pedagógico da Instituição - PPI

	– Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	– Regulamento do TCC
	– Regulamento de Atividades Complementares
	– Matrizes curriculares dos Cursos
	Extensão
	– Viabilização dos projetos
	Pesquisa
	– Incentivo à iniciação e produção científica (PIBIC, PIBIT, PIBID, PVIC etc.)
	– Divulgação/publicação de trabalhos científicos
	– Condições para orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso e/ou pesquisas (infraestrutura, recursos didáticos etc.)
	– Auxílio para a participação em eventos científicos
Segmento Gestores	Extensão
	– Divulgação dos cursos
	– Qualidade dos cursos
	Pesquisa
	– Divulgação/publicação dos trabalhos científicos
	– Auxílio para a participação em eventos científicos

Dimensão 3 - A responsabilidade social da Instituição

Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	Biblioteca
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários
	– Acervo
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	Biblioteca
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários
	– Acervo
	Serviços/ Atendimentos
	– Recepção
	– Protocolo
	– Centro de Seleção
	– Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)
	– Cantina
	– Teatro/Auditório(s)
	– Quadra Poliesportiva
	– Eventos do <i>Campus</i> abertos à comunidade (festividades, semanas acadêmicas, palestras etc.)
	Extensão
– Divulgação dos Cursos	
– Participação nos Cursos	
– Qualidade dos Cursos	
– Adequação dos Cursos conforme as demandas da região	
– Auxílio financeiro	
Segmento Docente (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	Biblioteca
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários

	– Acervo
	– Periódicos e revistas especializadas
	Extensão
	– Programação de recepção aos calouros
	– Participação em projetos
	– Eventos institucionais
	– Compromisso do <i>Campus</i> com a comunidade
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	Biblioteca
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários
	– Acervo
	Extensão
	– Adequação dos cursos conforme as demandas da região

Dimensão 4 - A comunicação com a sociedade

Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
	– Confiabilidade das informações
	– Q-Acadêmico
	Diretoria de Comunicação Social
	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
	Direção
– Relação Direção-Geral/Comunidade	
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
	– Confiabilidade das informações
	– Q-Acadêmico
	Diretoria de Comunicação Social
	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
– Relação com o Servidor	
Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
	– Confiabilidade das informações
	– Q-Acadêmico
Diretoria de Comunicação Social	

	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
	– Relação com o Servidor
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Campi)	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
	– Confiabilidade das informações
	– Q-Acadêmico
	Diretoria de Comunicação Social
	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
	– Relação com o Servidor
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos Campi e Reitoria)	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
	– Confiabilidade das informações
	– Q-Acadêmico
	Diretoria de Comunicação Social
	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
	– Relação com o Servidor

Dimensão 5 - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo

Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos Campi e Reitoria)	Pesquisa
	– Incentivo à iniciação e produção científica (PIBIC, PIBIT, PIBID, PVIC etc.)
	– Divulgação/publicação dos trabalhos científicos
	– Auxílio para a participação em eventos científicos
	– Incentivo à qualificação
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Campi)	Serviços/Atendimento
	– Coordenação de Assistência ao Servidor (CAS)

Dimensão 6 - Organização e gestão da Instituição

Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos Campi e Reitoria)	Serviços/Atendimento
	– Recepção
	– Protocolo
	– Direção Administrativa
	– Coordenação de Assistência ao Servidor (CAS)
	– Teatro/Auditório(s)
	Direção
	– Atuação da Direção-Geral no Campus
	– Transparência na gestão
	– Relação Direção-Geral/servidor
	Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento

	<p><i>de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – Atuação – Transparência – Presteza na solução das demandas – Relação com o Servidor
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	<p>Direção</p> <ul style="list-style-type: none"> – Atuação da Direção-Geral no <i>Campus</i> – Transparência da gestão
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	<p>Serviços/Atendimento</p> <ul style="list-style-type: none"> – Recepção – Segurança – Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE) – Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE) – Coordenação do Serviço de Interação Escola-Empresa (COSIE-E) – Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente – Protocolo – Departamento de Áreas Acadêmicas – Cantina <p>Curso</p> <ul style="list-style-type: none"> – Atuação da Coordenação – Relação Coordenador/<i>estudante</i> <p>Direção</p> <ul style="list-style-type: none"> – Atuação da Direção-Geral no <i>Campus</i>: – Transparência da gestão – Relação Direção-Geral/<i>estudante</i> <p><i>Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – Atuação – Transparência – Presteza na solução das demandas – Relação com o Servidor
Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> Goiânia e Jataí)	<p>Serviços/Atendimento</p> <ul style="list-style-type: none"> – Recepção – Segurança – Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE) – Protocolo – Departamento de Áreas Acadêmicas – Cantina <p><i>Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração,</i></p>

	<i>Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria.</i>
	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Campi)	– Relação com o Servidor
	<i>Serviços/Atendimento</i>
	– Coord. de Curso
	– Coord. Acadêmica
	– Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas
	– Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)
	– Coord. de Apoio Pedagógico ao Discente
	– Protocolo
	– Recursos Didáticos
	– Cantina
	<i>Curso</i>
	– Atuação da Coordenação
	– Relação Coordenador/estudante
	<i>Direção</i>
	– Atuação da Direção-Geral no Campus
	– Transparência na gestão
	– Relação Direção-Geral/docente
	<i>Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria.</i>
	– Atuação
	– Transparência
– Presteza na solução das demandas	
– Relação com o Servidor	
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos Campi e Reitoria)	<i>Serviços/Atendimento</i>
	– Recepção
	– Protocolo
	– Centro de Seleção
	– Coord. de Apoio Pedagógico ao Discente
	– Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE)
	– Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE)
	– Coordenação do Serviço de Interação Empresa-Escola (COSIE-E)
	– Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)
	– Cantina
	– Teatro/Auditório(s)
	– Departamento de Áreas Acadêmicas
	<i>Direção</i>
	– Atuação da Direção-Geral no Campus
	– Transparência na gestão
	– Relação Direção-Geral/comunidade
<i>Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de</i>	

	<p><i>Desenvolvimento Institucional, Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – Atuação – Transparência – Presteza na solução das demandas – Relação com o Servidor
Dimensão 7 - Infraestrutura física	
Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	<i>Instalações Físicas</i>
	– Iluminação
	– Limpeza
	– Mobiliário
	– Nível de ruído/barulho
	– Ventilação
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	<i>Instalações Físicas</i>
	– Iluminação
	– Limpeza
	– Mobiliário
	– Nível de ruído/barulho
	– Ventilação
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	<i>Instalações Físicas</i>
	– Iluminação
	– Limpeza
	– Mobiliário
	– Nível de ruído/barulho
	– Ventilação
	– Acessibilidade
	<i>Biblioteca</i>
	– Espaço físico
	<i>Laboratório de Informática</i>
	– Quantidade de computadores
	– Manutenção dos computadores
	– Internet
	– Horário de funcionamento
	– Atendimento aos usuários
	<i>Laboratórios de Curso</i>
– Condições técnicas/equipamentos	
– Disponibilidade de funcionamento	
– Atendimento aos usuários	
– Atualização dos equipamentos	
Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> Goiânia e Jataí)	<i>Instalações Físicas</i>
	– Iluminação
	– Limpeza
	– Mobiliário
	– Nível de ruído/barulho
	– Ventilação
– Acessibilidade	

	<i>Biblioteca</i>
	– Espaço físico
	<i>Laboratório de Informática</i>
	– Quantidade de computadores
	– Manutenção dos computadores
	– Internet
	– Horário de funcionamento
	– Atendimento aos usuários
	<i>Laboratórios de Curso</i>
	– Condições técnicas/equipamentos
	– Disponibilidade de funcionamento
	– Atendimento aos usuários
	– Atualização dos equipamentos
Segmento Docente (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	<i>Instalações Físicas</i>
	– Iluminação
	– Limpeza
	– Mobiliário
	– Nível de ruído/barulho
	– Ventilação
	– Acessibilidade
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	<i>Instalações Físicas</i>
	– Iluminação
	– Limpeza
	– Mobiliário
	– Nível de ruído/barulho
	– Ventilação
	– Acessibilidade

Dimensão 8 - Planejamento e avaliação	
Segmento Técnico Administrativo (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	<i>AutoAvaliação</i>
	– Assiduidade e pontualidade
	– Relação servidor técnico-administrativo/professor
	– Relação servidor técnico-administrativo/ <i>estudante</i>
	– Relação com a comunidade externa
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados pelos <i>estudantes</i> do PRONATEC, FIC, Mulheres Mil e Ensino a Distância)	<i>AutoAvaliação</i>
	– Compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores
	– Realização/participação nas atividades acadêmicas
	– Relação estudante/professor
	– Relação estudante/servidor técnico-administrativo
Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> Goiânia e Jataí)	– Relação estudante/gestor da Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)
	<i>AutoAvaliação</i>
	– Compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores
	– Realização/participação nas atividades acadêmicas
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	– Relação estudante/servidor técnico-administrativo
	– Relação estudante/trabalhador terceirizado
	<i>AutoAvaliação</i>
	– Compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores
	– Realização/participação nas atividades acadêmicas

	– Relação estudante/servidor técnico-administrativo
	– Relação estudante/trabalhador terceirizado
Segmento Docente (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	Atuação discente nas disciplinas
	– Comprometimento com as atividades acadêmicas
	– Participação em eventos científicos
	– Respeito
	Autoavaliação
	– Assiduidade e pontualidade
	– Relação teoria/prática na(s) sua(s) disciplina(s)
	– Utilização de metodologias de ensino
	– Relação professor/servidor técnico-administrativo
	– Relação professor/estudante
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	– Relação com demais docentes
	– Relação com trabalhadores terceirizados
	AutoAvaliação
	– Assiduidade e pontualidade
	– Relação com o servidor técnico-administrativo
– Relação com o estudante	
– Relação com o docente	
– Relação com os trabalhadores terceirizados	

Dimensão 9 - Políticas de atendimento aos estudantes

Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> Goiânia e Jataí)	Biblioteca
	– Espaço físico
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários
	– Acervo
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	– Periódicos e revistas especializadas
	Biblioteca
	– Espaço físico
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários
Segmento Docente (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	– Acervo
	– Periódicos e revistas especializadas
Segmento Docente (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	Extensão
	– Viabilização dos projetos

Dimensão 10 - Sustentabilidade financeira (não incluída nos questionários *online*)

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2015.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

3 RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

Na análise dos resultados desta pesquisa, a CPA se deparou com fatores que influenciaram nas atividades previstas, tais como restrições no orçamento do Governo Federal, que impactou nas reuniões da Comissão e a greve dos servidores, que ocasionou mudança nos calendários acadêmicos de 2015, fazendo com que diversas subcomissões locais e membros da CPA interrompessem suas atividades, alterando, assim o cronograma previsto para a conclusão das análises. O Quadro 1 ilustra esta realidade.

Quadro 1: Finalização do Calendário Acadêmico de 2015 nos *campi* do IFG onde a greve comprometeu a atualização dos registros do SISTEC

<i>Campus</i>	Data da finalização do Calendário Acadêmico de 2015	% de estudantes do IFG
Goiânia	14/03/2016	40,80
Uruaçu	09/03/2016	7,46
Anápolis	04/03/2016	6,95
Jataí	24/02/2016	7,12
Aparecida de Goiânia	12/02/2016	5,09
Cidade de Goiás	04/02/2016	2,54

Fonte: Relatório de Gestão 2015

Entretanto, optou-se por realizar, neste momento, uma análise *macro*, aproveitando o trabalho e esforço já realizado e, contemplar a análise mais detalhada desta pesquisa juntamente com a próxima avaliação institucional referente ao próximo ciclo, 2016, a qual permitirá uma análise comparativa destas informações. Diante do exposto, esta seção apresenta parcialmente a análise das dez dimensões do SINAES, de acordo com a Lei 10.861/2004, contemplando dessa forma, em parte, os dados obtidos nos questionários de autoavaliação *online* que estiveram disponibilizados à comunidade, no período de 15 de dezembro de 2015 a 29 de janeiro de 2016. Para complementar esses dados, foram inseridos, de acordo com a necessidade, elementos demonstrativos do Relatório de Gestão 2015, bem como informações do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

A pesquisa atual contou com o total de 2.324 participantes, o que representa 25,25% da participação esperada, com respostas distribuídas nos segmentos Técnico-Administrativos, Discentes da Graduação, Discentes da Pós-Graduação, Docentes, Gestores e Comunidade Externa. O Quadro 2 a seguir apresenta este resultado.

Quadro 2 - Demonstrativo de participação geral por segmento na pesquisa *online*

SEGMENTOS	Total por Segmento	Nº de Participantes	%
Discente Graduação	6618	1354	20,46%
Docente	998	569	57,01%
Técnico-Administrativos	852	241	28,29%
Discente Pós-Graduação	222	30	13,51%
Comunidade Externa ¹	*	88	*
Gestores ²	*	42	*
Total	8690	2324	25,25%

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2015, Relatório de Gestão 2015 e *Software* Visão IFG.

¹ Número indeterminado - comunidade externa. É apresentado apenas o nº de participantes.

² A CPA não tem ciência do total geral de gestores por *Campus* e Reitoria. Por isso, os números foram omitidos.

Na análise do Quadro 2, observa-se a participação expressiva dos docentes, com 569 participantes, o que representa 57,01% do segmento. Entretanto, se forem comparados estes resultados com os resultados da pesquisa realizada em 2012, observa-se o crescimento expressivo da participação dos discentes da graduação e dos discentes da pós-graduação, que representaram 166% e 500% de participação, respectivamente. Esta comparação pode ser visualizada no Quadro 3 e no Gráfico 1 a seguir.

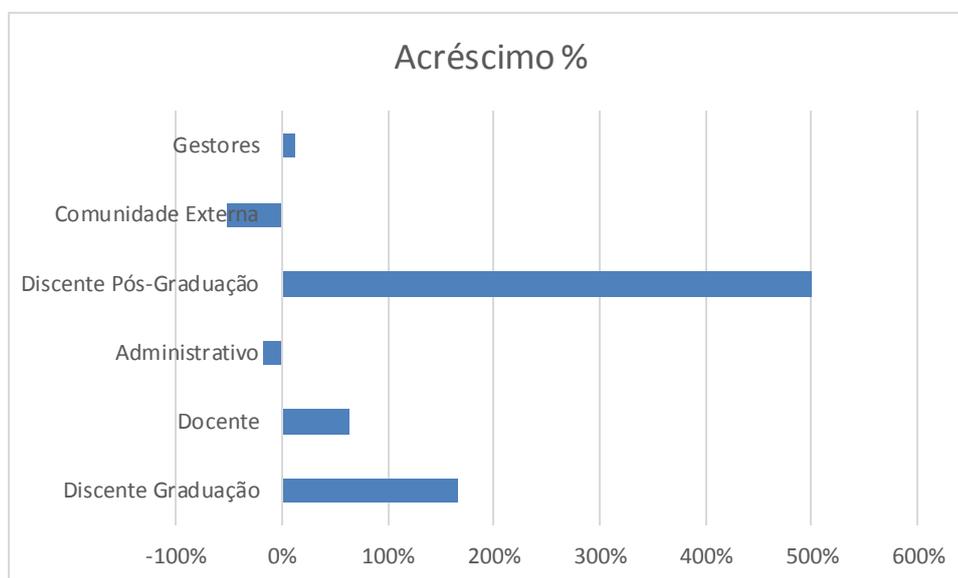
Quadro 3 - Comparativo de participação geral por segmento nas pesquisas de 2012 e de 2015

SEGMENTOS	Nº de Participantes 2012	Nº de Participantes 2015	Acréscimo	Acréscimo %
Discente Graduação	509	1354	845	166%
Docente	349	569	220	63%
Administrativo	290	241	-49	-17%
Discente Pós-Graduação	5	30	25	500%
Comunidade Externa	183	88	-95	-52%
Gestores	37	42	5	14%
Total	1373	2324	951	69%

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012 e 2015.

Este acréscimo percentual mais evidenciado no Gráfico 1, revela que o trabalho de sensibilização junto à comunidade já começa a sortir efeitos positivos no sentido de formar a cultura de autoavaliação institucional do IFG.

Gráfico 1 - Comparativo de participação geral por segmento nas pesquisas de 2012 e de 2015



Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012 e 2015.

Para a apresentação dos resultados, entre as dez dimensões previstas na Lei nº 10.861, que institui o SINAES, serão apresentadas parcialmente neste relatório, de forma estruturada abordando as seguintes dimensões:

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

- Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

A previsão é que no próximo ciclo de avaliação a CPA aborde as dez dimensões previstas na lei do SINAES.

3.1 EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

No Eixo 1 será apresentada a Dimensão 8, conforme o Art.3º da Lei nº 10.861:

“VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;”

A oitava dimensão “considera o planejamento e a avaliação como instrumentos integrados, elementos de um mesmo *continuum*, partícipes do processo de gestão da educação superior. Esta dimensão está na confluência da avaliação como processo centrado no presente e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocação institucional”.

A instauração de um processo de discussões, com a participação efetiva da comunidade, para a construção coletiva do Planejamento Institucional, ocorre na perspectiva de se criar momentos, ambientes e movimentos que possibilitem as reflexões sobre a identidade da Instituição e estabeleçam o marco das referências de elaboração das políticas institucionais que assegurem o seu fortalecimento, o caráter público e o evidente propósito de práticas voltadas para a cidadania, inserção social e desenvolvimento científico e tecnológico. É importante reconhecer que o resultado deste trabalho sempre depende do nível de envolvimento de seus realizadores, isto é, toda a comunidade acadêmica; assim, ele exigirá clareza nas proposições, determinação, objetividade e o reconhecimento de que se trata de um processo educativo que demanda tempo, de modo que o imediatismo não impeça o aprofundamento nas discussões.

O planejamento deve ser reconhecido como um importante instrumento de organização institucional, para que contribua de forma eficaz e eficiente na definição dos objetivos, na identificação das ações a serem implantadas e melhoradas a curto, médio e longo prazos e na escolha das estratégias para a concretização dos projetos, programas e demais ações para a implementação efetiva das políticas institucionais.

A construção coletiva do planejamento cria compromisso, motiva, permite o conhecimento das possibilidades e limitações, estabelece desafios e valoriza as pessoas e suas experiências acumuladas. A fim de despertar em cada docente, técnico-administrativo e estudante a disposição de debater e ser propositivo, visando à transformação do IFG numa

instituição melhor, foi discutido nas instâncias e segmentos do IFG o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Por se tratar de uma Instituição de Ensino, o IFG, em consonância com o que preconiza as Leis 9.394/96, 10.861/2004 e o Decreto 5.773/2006, estrutura o seu Planejamento Estratégico através do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O Plano de Desenvolvimento Institucional orienta o planejamento estratégico da Instituição para o período de sua abrangência (2012-2016).

Portanto o planejamento e a avaliação, no âmbito do processo realizado em 2015, pelas razões esclarecidas anteriormente, são apresentadas parcialmente a seguir.

3.1.1 Resultados da Autoavaliação 2015 Referentes à Dimensão 8

Em relação ao planejamento e avaliação, a pesquisa online buscou saber:

- ✓ a perspectiva que têm os Servidores Técnico-Administrativos acerca da Autoavaliação (assiduidade e pontualidade, relação servidor técnico-administrativo/professor, relação servidor técnico-administrativo/estudante, relação com a comunidade externa e a relação servidor técnico-administrativo/trabalhador terceirizado).
- ✓ o ponto de vista da Comunidade Externa sobre a Autoavaliação (compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores, realização/participação nas atividades acadêmicas, relação estudante/professor, relação estudante/servidor técnico-administrativo e relação estudante/gestor da Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX).
- ✓ a visão que têm os Discentes do Ensino Superior em relação à Autoavaliação (compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores, realização/participação nas atividades acadêmicas, relação estudante/servidor técnico-administrativo, relação estudante/trabalhador terceirizado)
- ✓ a concepção que têm os Discentes da Pós-Graduação dos Campi Goiânia e Jataí a respeito da Autoavaliação (compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores, realização/participação nas atividades acadêmicas, relação estudante/servidor técnico-administrativo e a relação estudante/trabalhador terceirizado).
- ✓ a visão que têm os Docentes em relação à Atuação Discente nas Disciplinas (comprometimento com as atividades acadêmicas, participação em eventos científicos e

respeito) e sobre a Autoavaliação (assiduidade e pontualidade, relação teoria/prática na(s) sua(s) disciplina(s), utilização de metodologias de ensino, relação professor/servidor técnico-administrativo, relação professor/estudante, relação com demais docentes e a relação com trabalhadores terceirizados).

- ✓ a expectativa que têm os Gestores sobre a Autoavaliação (assiduidade e pontualidade, relação com o servidor técnico-administrativo, relação com o estudante, relação com o docente e relação com os trabalhadores terceirizados).

3.2 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

No Eixo 2 serão apresentadas as Dimensões 1 e 3, conforme o Art.3º da Lei nº 10.861:

“I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;”

“III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;”

3.2.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Neste ponto cabe uma reflexão a cerca da identidade, da missão, da visão e dos valores da instituição.

IDENTIDADE: A Lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em seu Art. 2º, estabelece que os Institutos Federais “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.”

É, funcionalmente, uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

MISSÃO: De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o objetivo precípua do IFG é mediar, ampliar e aprofundar a formação integral (omnilateral) de profissionais-cidadãos, capacitados a atuar e intervir no mundo do trabalho, na perspectiva da consolidação de uma sociedade democrática e justa social e economicamente.

Adicionalmente, o site do IFG (<http://www.ifg.edu.br/index.php/instituicao>) apresenta a finalidade da instituição: *“O IFG tem por finalidade formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisas e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.”*

O Relatório de Gestão 2015 acrescenta: Sua finalidade é formar cidadãos profissionais para os diversos setores da economia, realizar pesquisas, promover a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, gerar novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento social e a soberania do Brasil.

VISÃO: De acordo com o Relatório de Gestão 2015, o seu papel social é visualizado na produção, na sistematização e na difusão de conhecimentos de cunho científico, tecnológico, filosófico, artístico e cultural, construída na ação dialógica e socializada desses conhecimentos.

VALORES: De acordo com o PDI, na perspectiva do pronto atendimento e da prestação de um serviço público de boa qualidade à sociedade, as ações e a conduta dos servidores e demais colaboradores da Administração devem ser norteadas pelos valores e princípios abaixo relacionados:

- 1. ética:** ter como padrão de conduta ações que busquem a qualidade dos serviços, amparadas em honestidade, moralidade, coerência e probidade administrativa;
- 2. efetividade:** atuar orientado para resultados que assegurem o cumprimento da função social e a excelência da imagem institucional;
- 3. autonomia:** atuar com imparcialidade, liberdade e independência, de forma a rejeitar a interveniência de qualquer interesse que não o público;
- 4. justiça:** pautar-se estritamente por princípios de justiça, pela verdade e pela lei, com integridade, equidade, impessoalidade e imparcialidade; e

5. profissionalismo: atuar de forma técnica, competente, responsável, imparcial, coerente e objetiva, e estar comprometido com a função social institucional.

O PDI do Instituto Federal de Goiás é o documento que identifica a Instituição no que se refere a aspectos como a sua função social, os seus objetivos e metas institucionais e as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações. Ele orienta o planejamento da Instituição no período de sua abrangência, identificando as ações e atividades a serem desenvolvidas

O Instituto Federal de Goiás vem ampliando, ao longo da história, sua inserção social, inclusive com a implantação de novos *Campi* em cidades de diferentes regiões do Estado de Goiás, dando continuidade à sua história centenária e se firmando como um ambiente de formação escolar e acadêmica e de realização de ações políticas, pedagógicas, artísticas e culturais, reafirmando sua identidade como centro formador de ideias, conhecimentos e lideranças e, principalmente, formando profissionais qualificados e conscientes de seus direitos e responsabilidades com a vida em sociedade.

Exemplo desse dinamismo é a atualização constante das finalidades, das características, dos princípios e das metas da Instituição e sua articulação com o PDI e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI)², bem como a articulação destes com o contexto socioeconômico regional e nacional, assim como com a realidade vivenciada cotidianamente pela Instituição.

Com a criação do Instituto Federal de Goiás, a partir de 30 de dezembro de 2008, houve todo um processo de reestruturação das áreas administrativas e pedagógicas da Instituição, buscando articulá-las às necessidades sociais em relação ao ensino, pesquisa e extensão. Para isso, foi elaborado o Estatuto do IFG. Com a aprovação do Estatuto, abriram-se importantes processos de construção de dois documentos fundamentais: o PDI e o Regimento Geral³, que foram elaborados de forma democrática, inclusive com a realização de consultas públicas.

Assim, toda a comunidade acadêmica – estudantes e servidores – e a comunidade externa puderam se manifestar, no período de 15 de dezembro de 2010 a 28 de abril de 2011, da criação desses documentos, registrando suas considerações e apresentando sugestões de alteração por meio de página eletrônica específica. Após esse período, houve a sistematização

² O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) visa estabelecer princípios, diretrizes e metas destinadas a orientar o trabalho pedagógico institucional relativo às ações em âmbito educacional, no seu sentido mais estrito.

³ O Regimento Geral é o documento institucional que reúne o conjunto de normas que regem o funcionamento interno do IFG.

de um texto que serve hoje de referência para as discussões que antecedem a homologação do PDI pelo Conselho Superior.

Em 19/12/2013, o PDI do IFG foi aprovado pelo Conselho Superior, publicado através da Resolução nº 036, de 19/12/2013 e inserido pela Procuradoria Educacional Institucional no e-MEC que é o sistema de tramitação eletrônica dos processos de regulação (credenciamento e reconhecimentos das Instituições de Ensino Superior – IES, autorização e renovação de reconhecimento de cursos) regulamentados pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006.

O PDI 2012/2016 foi dividido em dez conjuntos de informação:

1. Perfil Institucional, função social e princípios institucionais;
2. Projeto Político Pedagógico Institucional;
3. Organização Acadêmica;
4. Gestão de Pessoas;
5. Corpo Docente;
6. Organização Administrativa;
7. Autoavaliação institucional;
8. Infraestrutura e instalações acadêmicas;
9. Estrutura de apoio à inclusão;
10. Demonstrativo de Sustentabilidade Financeira.

Em 2015 o IFG criou o Núcleo de Estatística e Planejamento (NEP) com diversas finalidades, dentre elas, estudar a viabilidade de se desenvolver o anuário estatístico da instituição, publicar boletins de informações a partir das demandas apresentadas pelos Câmpus, criar indicadores de desempenho e acompanhar os resultados institucionais, além de avaliar o atingimento das ações previstas no PDI 2012/2016 e contribuir com a construção do PDI 2017/2021.

Em relação à Dimensão 1, as atividades da Comissão Própria de Avaliação buscam a identificação da convergência do PDI com o Plano Educacional propostos pelo conjunto da comunidade acadêmica e também pelo Governo Federal, visando à inclusão social, que pode ser traduzida no projeto de implantar e melhorar os processos educativos, públicos e gratuitos, de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento socioeconômico, cultural, técnico e tecnológico.

De acordo com o PDI, o Instituto Federal de Goiás atua orientado pelos seguintes princípios:

- compromisso com a justiça social, a equidade, a cidadania, a ética, e a preservação do meio ambiente.
- transparência e gestão democrática.
- verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão.
- compromisso com a formação integral do cidadão, com a produção e a difusão do conhecimento científico e tecnológico.
- compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, com a oferta de formação profissional, com a promoção do desenvolvimento sociocultural, estando sempre atento à organização produtiva, ao potencial regional, à cultura e às necessidades e expectativas do cidadão.
- natureza pública, gratuita e laica do ensino, sob a responsabilidade da União.

Desse modo, a configuração das áreas de atuação do IFG ocorre por meio do delineamento modelado pelos princípios elencados anteriormente que configuram, em última instância, as suas características, objetivos e finalidades, que são:

- assegurar a gratuidade do ensino, não permitindo que seja cobrado dos estudantes, em hipótese alguma, qualquer tipo de contribuição financeira por oferta de qualquer modalidade de cursos oferecidos pela Instituição.
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.
- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, melhorando significativamente a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos de gestão.
- orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Goiás.
- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do senso crítico.

- qualificar-se como centro de referência no ensino, oferecendo cursos regulares técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados, engenharias, pós-graduações *lato* e *stricto sensu*, capacitação, qualificação e atualização técnica e pedagógica.
- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.
- realizar e estimular a pesquisa e a produção cultural associadas ao mundo do trabalho e vinculadas à formação totalizadora e integral do ser humano.
- promover o desenvolvimento científico e tecnológico, a produção e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Em busca de alcançar com êxito suas finalidades e metas, o IFG desenvolve diversos programas, atividades e ações. Seus principais objetivos são:

- ministrar cursos de formação inicial e continuada a trabalhadores, incluídos a iniciação, o aperfeiçoamento e a atualização, em todos os níveis e modalidades de ensino.
- ministrar educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica.
- ministrar ensino médio, observadas a demanda local e regional e as estratégias de articulação com a educação profissional técnica de nível médio.
- ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia.
- ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica.
- ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica.
- ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica.
- realizar pesquisas aplicadas que estimulem o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa, estendendo seus benefícios à comunidade.
- estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo.
- estimular e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional.

- promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada.

3.2.2 Dimensão 3: RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Nesse quesito, devem ser avaliadas as ações de responsabilidade social desenvolvidas pela Instituição, sendo essas ações cotejadas com as políticas dos documentos oficiais e as relações da IES com a comunidade em geral, com os setores público e privado e com o mercado de trabalho.

O Instituto Federal de Goiás, após completar um centenário de existência, vive atualmente um importante e estratégico momento de transformação de sua identidade, organização institucional e campo de abrangência, associado a um expressivo movimento de aumento da sua capilaridade em Goiás.

Na esteira dessas transformações e adaptações é que o Instituto Federal de Goiás passou, em 2009, por profunda reestruturação das áreas administrativas e pedagógicas, buscando articulá-las às necessidades sociais em relação ao ensino, pesquisa e extensão. Como parte disso, foi elaborado o novo Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Paralelamente a todas as transformações vivenciadas nos últimos anos, o IFG tem buscado criar instâncias, instrumentos, programas e projetos que qualifiquem as suas intervenções em âmbito social, tanto local quanto regional e nacionalmente. Em relação à pesquisa e pós-graduação, instituiu e consolidou os Programas de Bolsas de Iniciação à Pesquisa, fomentou parcerias com universidades, realizou Seminários de Iniciação Científica, incentivou e viabilizou a participação de diversos pesquisadores em encontros, seminários e jornadas científicas. Por fim, instituiu, organizou e consolidou uma política de bolsas de pesquisa para mestrandos e doutorandos da Instituição.

A partir da oferta de diversos cursos, houve a necessidade de se discutir a pertinência e a relevância social da oferta de cursos superiores de tecnologia, de bacharelados e de licenciaturas, assim como as atividades relativas à extensão. Apesar de não dispor de um Plano de Logística Sustentável (PLS) o IFG contempla no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) aspectos inerentes à responsabilidade social e a inserção regional da Instituição, e a necessidade de desenvolvimento regional sustentável ambientalmente. Uma das ações previstas no PDI é o Programa IFG Cidadania, que se trata de um espaço de diálogo e troca de experiências capazes de envolver os segmentos internos em práticas dialógicas voltadas para a sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental.

A preocupação do IFG com questões ambientais pode ainda ser percebida a partir da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, a exemplo de Agroecologia, Meio Ambiente e Controle Ambiental. Destaca-se ainda a oferta do curso de graduação em Engenharia Ambiental, além do Mestrado em Tecnologia de Processos Sustentáveis cujas linhas de pesquisa são: Energias Renováveis e Engenharia Econômica Aplicada; Tecnologia de Redução e Gerenciamento de Resíduos; Modelagem de Sistemas Ambientais; e Fontes Alternativas de Água.

3.2.3 Resultados da Autoavaliação 2015 Referentes à Dimensão 1

A respeito da missão e do plano de desenvolvimento institucional, a pesquisa *online* buscou saber acerca dos **Documentos Institucionais**:

- a visão dos Servidores Técnico-Administrativos acerca do Projeto Pedagógico da Instituição – PPI, do Projeto Pedagógico dos Cursos – PPC e sobre a Divulgação do Regulamento de TCC.
- a concepção dos Discentes do Ensino Superior sobre o PPI, o PPC e sobre a Divulgação do Regulamento de TCC.
- o ponto de vista dos Discentes da Pós-Graduação em relação ao PPI e ao PPC .
- a opinião dos Docentes no que se refere ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, ao PPI, ao PPC, ao Regulamento de TCC, ao Regulamento de Atividades Complementares e às Matrizes Curriculares dos Cursos.

3.3 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

No Eixo 3 serão apresentadas as Dimensões 2,4 e 9, conforme o Art.3º da Lei nº 10.861:

“II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;”

“IV – a comunicação com a sociedade;”

“IX – políticas de atendimento aos estudantes;”

3.3.1 Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Nesta dimensão, serão apresentadas ações segundo o Relatório de Gestão 2015.

ENSINO

No que se refere a democratização do ensino, foi articulado com as demais Instituições Públicas de Ensino Superior (UEG, UFG, IFG e IFGOIANO) ações coletivas, tais como o site www.estudeemgoias.com.br, visando a divulgação, principalmente na Rede Estadual de Ensino – Ensino Médio, sobre os cursos ofertados, formas de acesso, auxílios, entre outras informações. Houve ainda um esforço de auxiliar a gestão acadêmica e pedagógica dos *campi* e de ampliar as ações e regulamentos que pudessem garantir os direitos sociais, dar legitimidade as ações acadêmicas e ampliar a atuação institucional. Foram também iniciados os trabalhos referentes a Portaria 1224/2013 sobre a guarda e preservação do acervo acadêmico. A primeira fase realizada foi de um diagnóstico em todos os *campi* e que servirá de base para a capacitação para efetivação da legislação.

Iniciou-se também diagnósticos e pesquisas visando avaliar matrizes curriculares dos cursos técnicos integrados e para a criação de um Plano Institucional de Permanência e Êxito, principalmente de forma reduzir a evasão em todas as modalidades e cursos do IFG.

A seguir são relatados os programas e projetos de maior relevância.

A Pró-Reitoria de Ensino – PROEN - tem desempenhado suas atividades administrativas e pedagógicas com diligência, tais quais listamos:

- Acompanhamento da oferta dos cursos de acordo com as resoluções e PDI, bem como a assessoria na construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC);
- Avaliação técnica dos PPC's sobre o cumprimento da legislação do MEC, CNE e conselhos profissionais;
- Reestruturação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's), ofertados na modalidade de Educação a Distância, sendo constituídas oito (08) comissões de reestruturação chefiada por cada coordenador de curso;
- Assessoria às coordenações de cursos e áreas acadêmicas dos Câmpus na interpretação e execução dos regulamentos acadêmicos;
- Proposição de novos regulamentos;

- Respostas às solicitações feitas através do SIC e do Ministério Público no que tange a área de ensino;
- Acompanhamento e assessoramento de todas as etapas dos processos regulatórios dos cursos superiores e da Instituição;
- Recebimento da comissão avaliadora do INEP/MEC referente ao processo de credenciamento institucional;
- Elaboração e acompanhamento dos calendários acadêmicos do IFG;
- Atendimento total aos prazos e solicitações dos Censos Educacionais coordenados pelo INEP/MEC;
- Participação em reuniões, seminários e outros eventos promovidos pelo MEC e suas autarquias;
- Participação em reuniões técnicas promovidas pelos diversos setores do IFG e outras instituições;
- Acompanhamento e envio dos projetos de cursos para serem aprovados no Conselho Superior:

Para além destas atividades a PROEN, em 2015, desenvolveu ações estratégicas, evidenciando-se as seguintes:

No que tange à seleção de estudantes, no ano de 2015 o Centro de Seleção – órgão subordinado à PROEN – realizou 22 (vinte e dois) processos seletivos, sendo: 7 (sete) Vestibulares, 1 (um) processo seletivo para os cursos técnicos na modalidade integrado, 3 (três) processos seletivos para os cursos técnicos na modalidade subsequente, 4 (quatro) processos seletivos para portador de diploma e transferência externa, 1 (um) processo seletivo para mudança de curso e/ou câmpus e 5 (cinco) processos seletivos para a modalidade EJA e um processo seletivo para o Programa de Oferta de Disciplinas em Parceria com a Universidade Americana Northern Virginia Community College (NOVA), os quais somaram um total de 5.272 vagas ofertadas e 20.661 candidatos inscritos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Processo seletivo	Quantidade de Processos	Total de vagas ofertadas	Total de Candidatos
Vestibular	7	1922	11512
Técnico Integrado	1	1260	5163
Técnico Subsequente	3	103	258
Portador e Transferências	4	690	582
Mudança de Curso/Câmpus	1	145	49
EJA	5	1139	3002
NOVA	1	13	95

Total	22	5272	20661
--------------	-----------	-------------	--------------

Fonte: Relatório de Gestão 2015.

Além dos processos seletivos próprios, o Centro de Seleção ainda operacionaliza, elabora, publica editais e processa resultados do SISU e específicos da Educação a Distância (EaD). Assim apresenta-se o quadro geral das ações realizadas pelo Centro de Seleção no ano de 2015:

Processo seletivo	Quantidade de Processos	Total de vagas ofertadas	Total de Candidatos
Processos seletivos próprios	22	5.272	20.661
SISU	2	408	10.803
Processos Seletivos Pesquisadores/Tutores EaD	3	104	928
Total	27	5.784	32.392

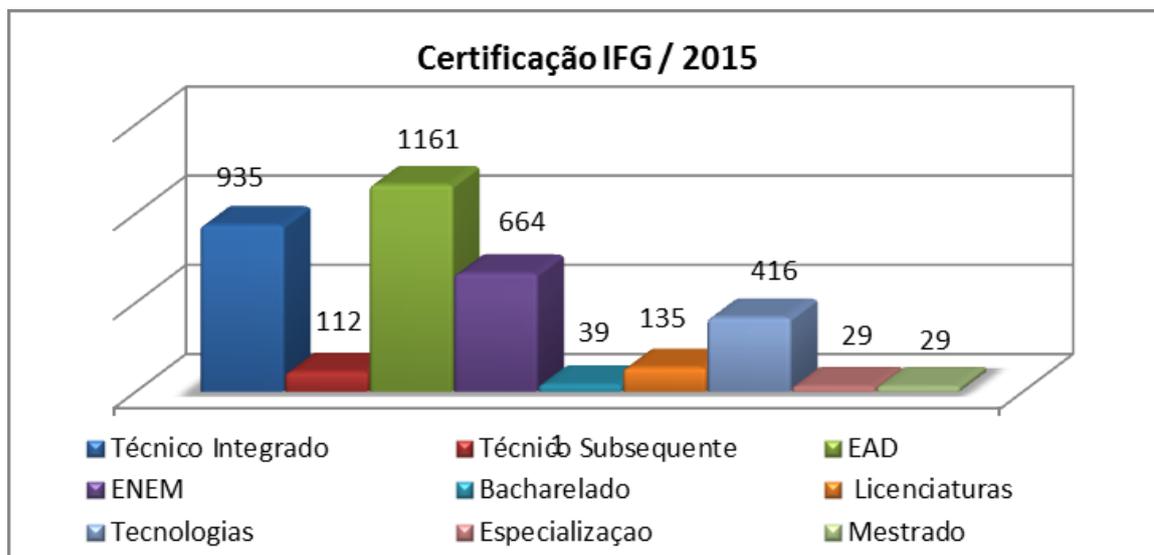
Fonte: Relatório de Gestão 2015.

Além destas seleções já mencionadas, a PROEN, por meio da Diretoria de Educação Básica e Superior – DEBS/PROEN operacionalizou a seleção para Programa de Bolsas de Monitoria. No ano de 2015 foram lançados 04 (quatro) editais do Programa, em função dos diferentes calendários dos câmpus, totalizando **342 vagas ofertadas** e **319 monitores aprovados/classificados**.

Visando a melhoria da administração acadêmica foram criadas orientações e fluxos para a padronização de procedimentos acadêmicos.

*** Reestruturação de procedimentos no setor de Registro de Diplomas - CRD/PROEN:**

- a. Alterações no processo devolução dos processos para correção, minimizando o prazo de entrega dos diplomas para 60 dias;
- b. Atendimento as duvidas e padronização de procedimentos junto às CoRAEs, por meio dos manuais de procedimentos no “Guia DAA”;
- c. Início da emissão e registro dos certificados de Pós-graduação Stricto Sensu;
- d. Composição de comissão para reformulação da resolução de colação de grau;
- e. Conclusão e Apresentação na Câmara de Ensino da Resolução para revalidação de Diplomas.



Fonte: Relatório de Gestão 2015.

***Implantação do sistema GuiaDAA:** O sistema GuiaDAA foi implantado no início do ano de 2015 reunindo orientações, manuais, tutoriais, referências rápidas e informações detalhadas sobre conceitos e procedimentos que envolvem as atividades da Diretoria de Administração Acadêmica e da Coordenação de Registro de Diplomas da Pró-Reitoria de Ensino do IFG. Atualmente, o sistema GuiaDAA possui 19 categorias e aproximadamente 65 artigos que documentam algum procedimento específico. O sistema GuiaDAA pode ser acessado através do seguinte endereço: <http://guiadaa.ifg.edu.br>.

***Desenvolvimento de Sistemas Computacionais:**

a. Melhoria do Módulo de Exportação de Dados do SISTEC e Cruzamento de Dados com o Sistema Acadêmico: O sistema extrator de dados dos ciclos do SISTEC foi melhorado e reescrito, o que tem proporcionado mais agilidade na extração das informações do SISTEC visando o cruzamento de dados com o Sistema Acadêmico para a identificação de divergências e execução das providências necessárias, para que a situação de cada matrícula com vínculo do Sistema Acadêmico fique compatível com a situação no SISTEC.

b. Melhoria do Sistema VisãoIFG: O Sistema VisãoIFG foi desenvolvido como o propósito de tornar-se uma extensão do Sistema Acadêmico do IFG para o fornecimento de relatórios para o acompanhamento e controle das atividades de gestão dos registros acadêmicos. O sistema VisãoIFG pode ser acessado através do seguinte endereço: <https://visao.ifg.edu.br>. Atualmente, o sistema VisãoIFG possui 38 relatórios que não existem no Sistema de Gestão Acadêmica do IFG, melhorando a disponibilização e apresentação dos números institucionais.

c. Desenvolvimento do Aplicativo IFG Mobile para Dispositivos Móveis: O IFG Mobile é um aplicativo que tem como objetivo apresentar o Instituto Federal de Goiás para toda a comunidade acadêmica, reunindo diversas informações relevantes sobre a instituição e, inclusive, possui interface com o Sistema Acadêmico da Instituição, o que possibilita a consulta pelos estudantes de histórico escolar, boletim, horário de aulas e acesso aos documentos disponibilizados pelos docentes. O aplicativo foi desenvolvido no segundo semestre de 2015 e em 2016 foi disponibilizado no Google Play e Apple Store.

d. Desenvolvimento do Sistema de Solicitação de Documentos para as CoRAEs: O sistema para solicitação de documentos para as CoRAEs foi implementado utilizando o Limesurvey, que é a plataforma de questionários online utilizada pelo IFG. Com este sistema o aluno poderá solicitar um documento (por exemplo, declaração de matriculado e frequentando, declaração de matrícula no período, histórico parcial, etc) para a CoRAE e busca o documento após um período pré-estabelecido.

Ainda como ação de fortalecimento do Ensino-Aprendizagem no IFG, o projeto institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) atende **285 alunos** de **14 subprojetos** em **09 Câmpus** do IFG. O projeto engloba 08 áreas da licenciatura: Biologia, Ciências Sociais, Dança, Física, História, Matemática, Música e Química.

Em 2015, os bolsistas do IFG desenvolveram ações com a perspectiva de articular as licenciaturas com as escolas públicas do Estado de Goiás e de contemplar a iniciação à docência e a formação prática para o exercício do magistério.

Desde o início das atividades deste projeto, os coordenadores de área propuseram, aos alunos bolsistas, iniciativas envolvendo preparação teórica, observação, acompanhamento, integração e interação escola/projeto, com o intuito de conhecer melhor a realidade escolar. Para atender os objetivos, as demandas e as dificuldades detectadas no contexto das escolas parceiras, os grupos desenvolveram diversas atividades, tais como: reuniões periódicas – (re)planejamento e avaliação das atividades; estudo de artigos científicos para o aprofundamento teórico – apresentados em forma de seminários, de grupo de estudo ou numa “roda de conversa”; monitorias; elaboração, execução e avaliação de atividades experimentais, de minicursos/oficinas; peças teatrais; produção de textos acadêmico científicos diversos (resumos, artigos, relatórios, relatos, sínteses); participação em eventos científicos e/ou mostras – apresentando, avaliando ou orientando trabalhos; construção de jornal, de *blog* e de outros

materiais didáticos; realização de eventos; registros fotográficos; elaboração e aplicação de projetos em sala de aula observadas as demandas identificadas no cotidiano escolar.

Verificou-se o reforço dos saberes profissionais dos professores supervisores e o crescente interesse na formação continuada. Todas estas atividades tiveram sempre como eixo a articulação teoria e prática e a aproximação escola e universidade, constituindo-se de oportunidades para o exercício de reflexão contextualizada sobre o processo de formação profissional de futuros professores. Apresenta-se como um dos principais impactos do programa, a elevação da autoestima dos bolsistas de iniciação à docência e o conseqüente desejo de atuar no magistério.

PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) é responsável pela gestão das políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação do Instituto Federal de Goiás. A PROPPG é a instância responsável também por gerir as políticas relativas às bibliotecas dos câmpus do IFG, por meio do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFG. Para isso, a PROPPG é constituída de duas diretorias e três coordenações: Diretoria de Pesquisa e Inovação; Diretoria de Pós-Graduação; Coordenação do Centro de Inovação Tecnológica; Coordenação da Editora IFG; e Coordenação-Geral de Bibliotecas. Além dessas ações, a PROPPG, em conjunto com a Coordenação de Relações Internacionais (vinculada à Diretoria Executiva), também se responsabiliza pelo Programa Ciência sem Fronteiras, tendo o Pró-Reitor como Coordenador Institucional deste Programa.

Editora IFG

A Editora IFG foi lançada oficialmente em 24 de junho de 2013 – data em que também houve o lançamento de suas duas primeiras obras. O Conselho Editorial é composto por 10 (dez) membros, sendo 8 (oito) doutores e 2 (dois) mestres, que representam diferentes áreas de conhecimento, bem como, atuam nos diferentes Câmpus do IFG. O Conselho Científico é composto por 40 (quarenta) membros internos e externos ao IFG, e que, representam 8 (oito) grandes áreas do conhecimento. Em 2015 foi lançado o Edital n. 13/2015-PROPPG, de 1º de dezembro de 2015, para o recebimento de propostas de livros resultantes de dissertações e teses, com previsão de divulgação do resultado final em 5 de dezembro de 2016.

Cursos de Pós-Graduação

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização, com duração mínima de 360 horas. Os cursos de Pós-Graduação *lato sensu* oferecidos pelo IFG em 2015 foram: Especialização em Ensino de Ciências e Matemática; Especialização em Matemática; e Especialização em Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica.

O Curso de Especialização em Telecomunicações: prédios inteligentes, foi aprovado pela Resolução N° 018 de 15 de outubro de 2015, do Conselho Superior do Instituto Federal de Goiás. O primeiro o processo seletivo para candidatos a vagas desse curso encontra-se em andamento por meio do EDITAL N° 012/2015-PROPPG, de 16 de dezembro de 2015. O Curso oferece 30 vagas, sendo 20% delas destinadas aos servidores do IFG.

As pós-graduações *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado. Esses cursos são abertos a candidatos graduados que atendam às exigências dos editais da Instituição. Os cursos ofertados pelo IFG em 2015 foram: Mestrado em Tecnologia de Processos Sustentáveis e o Mestrado em Educação para Ciência e Matemática.

No ano de 2015 o curso de Mestrado em Processos Sustentáveis certificou 16 (dezesesseis) alunos, enquanto o Mestrado em Educação para Ciência e Matemática foram certificados 13 (treze) alunos.

Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (PIQS/IFG)

Este Programa foi criado em 2008, tem como objetivo, entre outros, viabilizar a formação, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, dos servidores do quadro permanente do IFG, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade da educação ofertada pela Instituição em todos os níveis, desde os cursos técnicos até a pós-graduação.

Este apoio à qualificação do quadro de servidores do Instituto Federal de Goiás é realizado por meio da concessão de bolsas individuais aos docentes e técnico-administrativos que estiverem regularmente matriculados em programas presenciais de mestrado ou doutorado, recomendados pela CAPES. Estas bolsas, financiadas com recurso próprio da Instituição, tem uma duração máxima de 48 meses para o doutorado e de 24 meses para o mestrado.

Em 2015 a seleção dos candidatos foi realizada por meio do EDITAL N° 008/2015-PROPPG, de 04 de agosto de 2015. Nesse processo 21 servidores do quadro permanente do IFG foram contemplados com a bolsa PIQS/IFG (12 de doutorado e 09 de mestrado). Outros 67 servidores que se submeteram ao processo seletivo compuseram o quadro de reserva (25 do

mestrado e 42 do doutorado) com validade até dezembro de 2015. No decorrer do ano de 2015, quarenta e sete servidores receberam bolsas desse programa.

Qualificação dos Servidores do IFG

A qualificação do quadro de servidores, docentes e técnico-administrativos, do Instituto Federal de Goiás é de grande importância para que a Instituição possa oferecer um serviço de qualidade à comunidade da região de atuação de cada Câmpus. A formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado) é fundamental para que o IFG possa se consolidar como uma instituição de pesquisa e possa ampliar sua atuação na pós-graduação.

Nesta perspectiva, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação vem desempenhando uma importante tarefa ao acompanhar as atividades desenvolvidas pelos servidores afastados para pós-graduação *stricto sensu* e na busca de parcerias para o oferecimento de mestrados e doutorados interinstitucionais (MINTER e DINTER) para os servidores da Instituição.

Além dos Doutorados Interinstitucionais em Engenharia Mecânica, com a UFU e em Educação com a UFG encerrados em 2013 e 2014 respectivamente, encontra-se em andamento os seguintes doutorados Interinstitucionais: Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Engenharia Eletrônica e Computação; Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Geografia; Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Ensino de Ciências e Educação Matemática; Doutorado em Educação do Programa de Doutorado em Educação da Universidade de Santiago de Compostela (USC); Mestrados em Assessoria de Administração e de Contabilidade e Finanças em parceria com o Instituto Politécnico do Porto (IPP).

O Instituto Federal de Goiás finalizou, em 2014, o convênio com a CAPES para a realização do DINTER em Engenharia Eletrônica e Computação com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica-ITA (Instituição Promotora). Todavia, até o momento somente 6 dos 10 docentes que compõem esse programa defenderam suas teses.

O Doutorado Interinstitucional em Geografia é fruto de uma parceria entre o IFG (Instituição Receptora) e o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – PPGeo/UFU (Instituição Promotora). O processo seletivo desse Doutorado foi realizado pela UFU por meio do Edital IGUFU/PPGeo N° 001/2015 de 29 de janeiro de 2015. Nesse processo foram provados 15 docentes de quatro Câmpus do IFG (Cidade de Goiás, Goiânia, Itumbiara e Uruaçu).

O Doutorado Interinstitucional em Ensino de Ciências e Educação Matemática é fruto de uma parceria entre o IFG (Instituição Receptora) e o Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina-UEL (Instituição Promotora). O processo seletivo desse Doutorado foi realizado pela UEL por meio do Edital PROPPG/DPG/DAM N° 053/2015 de 15 de abril de 2015. Foram aprovados 11 (onze) docentes de nove Câmpus do IFG (Anápolis, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Jataí, Luziânia, Senador Canedo e Uruaçu).

O Doutorado em Educação do Programa de Doutorado em Educação da Universidade de Santiago de Compostela (USC), na Espanha, é realizado, por meio de convênio entre o Instituto Federal de Goiás e a Universidade de Santiago de Compostela (USC). O processo de seleção dos candidatos a esse curso foi efetivado em duas etapas. Inicialmente, realizou-se, no IFG, uma pré-seleção dos candidatos, por meio do EDITAL N° 007/2015-PROPPG, de 13 de Maio de 2015. Nesse processo foram pré-selecionados 32 candidatos para participar do processo seletivo da USC. A lista com o resultado final da pré-seleção foi encaminhada à Coordenação do Programa de Doutorado em Educação da Universidade de Santiago de Compostela. Posteriormente, os candidatos pré-selecionados se inscreveram, no mês de agosto de 2015, exclusivamente de forma eletrônica, ao processo seletivo do Programa de Doutorado em Educação da USC. Em 16 de setembro de 2015 a USC publicou o resultado final dessa seleção. Os 15 servidores (12 docentes e 03 técnicos administrativos) aprovados estão lotados em diferentes Câmpus.

Os Cursos de Mestrados em Assessoria de Administração e de Contabilidade e Finanças são frutos do convenio assinado, em setembro de 2015, entre o Instituto Politécnico do Porto (IPP) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Compete ao Instituto Federal de Goiás realizar a pré-seleção de 15 (quinze) candidatos para cada curso. Os servidores pré-selecionados deverão se inscrever no mês de março de 2016, exclusivamente de forma eletrônica, e submeter ao processo para seleção de candidatos para o curso de Mestrados em Assessoria de Administração ou para o Curso de Mestrado em Contabilidade e Finanças, realizado do ISCAP/IPP.

Acompanhamento dos Pós-Graduandos

Além do acompanhamento destes doutorados interinstitucionais, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação tem realizado o acompanhamento das atividades dos servidores

afastados para pós-graduação *stricto sensu* em diferentes instituições. Os objetivos deste acompanhamento são: avaliar o desempenho do servidor em seu curso de pós-graduação; observar a consonância das atividades de pós-graduação com os interesses institucionais; e registrar a produção científica e acadêmica do servidor afastado.

Os servidores afastados apresentam relatório semestral das atividades desenvolvidas na pós-graduação, acompanhado de comprovante de matrícula como aluno regular do programa de pós-graduação no período em curso e histórico escolar. No decorrer do ano de 2015, um número total de 185 servidores estiveram de licença para cursar pós-graduação *stricto sensu* e 3 (três) servidores se afastaram para estágio pós-doutoral.

Dos servidores que usufruíram de licença e/ou da Bolsa PIQS para qualificação Trinta concluíram, em 2015, o doutorado, dezesseis o mestrado e três o pós-doutorado.

Coordenação-Geral de Bibliotecas

O Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Goiás constitui-se do conjunto de bibliotecas do IFG, organizadas de modo funcional e operacionalmente interligadas, com o objetivo de otimizar serviços e adotar padrões unificados de funcionamento das bibliotecas, visando oferecer suporte bibliográfico às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As bibliotecas do Instituto Federal de Goiás têm por finalidade a democratização do conhecimento por meio de suas instalações, de seu acervo, de seus recursos humanos e dos serviços aos usuários, atuando como suporte do processo ensino-aprendizagem, à pesquisa e extensão como oportunidade de atualização e lazer.

Dentre as principais atividades desenvolvidas nas bibliotecas do IFG estão: Consulta ao Terminal Web; Elaboração de Ficha Catalográfica; Empréstimo Domiciliar de Livros; Empréstimo Domiciliar de Multimeios (CD's e DVD's); Empréstimos entre Bibliotecas; Levantamento Bibliográfico; Normatização de Trabalhos Acadêmicos; Orientação/Treinamento ao uso do portal de periódicos Capes; Reserva de Item do Acervo; Sugestão de Aquisição e; Treinamento do Usuário.

Alguns dados quantitativos ilustram o quanto os usuários demandam serviços oferecidos pelo Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Goiás, sendo que, no ano de 2014 foram realizados 2.238 treinamentos de usuários, 67.362 consultas a terminais Web; 68.299 empréstimos domiciliares de livros.

Dentre dos Projetos desenvolvidos pelo Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Goiás, em diferentes Câmpus, no ano de 2015 estão: Semana do Livro e da Biblioteca; Sarau Literário; 9ª Mostra Cinema e Direitos Humanos no Hemisfério Sul; Concurso Leitores Destaque do ano de 2015; VII Semana do Livro e da Biblioteca; Desafio: leia um livro diferente!; Leia nas férias!; Exposição Monteiro Lobato; Feira de Troca de livros; Varal sobre Gênero e Diversidade; II do Livro e da Biblioteca; Sarau Vinícius de Moraes; Apresentação e Treinamento do Software Sophia.

O acervo do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Goiás no ano de 2015 somou 55.537 títulos de livros, 126.887 exemplares de livros, 595 títulos de DVD's, 966 exemplares de DVD's, 169 títulos de CD's e 313 exemplares de CD's.

A assinatura de periódicos através do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Goiás, contemplam 56 títulos variados, nos diferentes Câmpus do IFG. As assinaturas de jornais diários contemplam: O popular; Correio Brasiliense; Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo.

Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica

O Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Goiás possui cinco modalidades: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e o Programa Institucional de Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC). Este programa é voltado para o estudante, não para o pesquisador, e se destina a complementar o ensino, oferecendo aos alunos a oportunidade de descobrir como a ciência é construída, como o conhecimento é adquirido. Esse objetivo é conseguido pela participação do estudante nas atividades práticas e teóricas no ambiente de pesquisa.

No processo seletivo para bolsistas de Iniciação Científica e Tecnológica (ICT), ocorrido para as bolsas de 2015, tivemos um total de 351 inscrições, sendo: 125 (PIBIC); 15 (PIBIC-Af); 73 (PIBITI); e 138 (PIBIC-EM). Foram contemplados, por este processo seletivo, 208 discentes sendo as bolsas distribuídas da seguinte forma: 36 (PIBIC), 08 (PIBIC-af), 34 (PIBITI) e 130 (PIBIC-EM), totalizando 208 bolsas.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Goiás prevê, além das bolsas de Iniciação Científica, a concessão de um auxílio

financeiro para os estudantes, bolsistas e voluntários, apresentarem trabalhos em eventos científicos e tecnológicos. Este auxílio, concedido até julho de 2015, era limitado ao valor de uma bolsa PIBIC.

A partir de agosto de 2015, o IFG passou a fomentar a participação de estudantes em eventos por meio do Programa Institucional de Incentivo para Estudantes do IFG Apresentarem Trabalhos em Eventos Científicos e Tecnológicos (PAECT).

Em 2015, a PROPPG concedeu auxílio financeiro para 29 estudantes apresentarem os resultados de suas pesquisas em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais. Além destes auxílios, o Câmpus Aparecida de Goiânia, Goiânia e Inhumas, concederam auxílios para outros cinco estudantes apresentarem os resultados de suas pesquisas em eventos locais, regionais e nacionais, por meio do Programa PAECT.

Outra forma da qual os alunos dispõem para apresentarem os resultados de suas pesquisas é através do Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Goiás é um evento científico de periodicidade anual, que tem como principal objetivo: permitir a troca de experiências entre estudantes e professores e o acesso aos projetos de pesquisa desenvolvidos nos programas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC-EM, PIBIC e PIBITI), a partir da disponibilização de um espaço de divulgação dos resultados obtidos nas pesquisas realizadas pelos estudantes inscritos no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG. Este evento é uma atividade obrigatória para os estudantes (bolsistas e voluntários) obterem certificação de sua participação no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG.

No ano de 2015 aconteceu o 9º Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica (9º SICT) foi realizado no Câmpus Luziânia, no período de 27 a 29 de outubro, como um dos eventos do Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIMPEEX/2015).

O 9º SICT contou com a participação de alunos e servidores, com 231 trabalhos inscritos (34 desclassificados/não recomendados e 197 recomendados). Dos trabalhos recomendados, 191 foram apresentados: 94 na forma de pôster, 78 como comunicação oral e 19 na forma de mesa redonda.

Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT/IFG)

O Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT/IFG), aprovado pela Resolução N° 37, de 22 de

novembro de 2010, do Conselho Superior, tem como objetivo: promover a apresentação e divulgação dos resultados das pesquisas realizadas pelos servidores do quadro permanente do IFG em eventos científicos e tecnológicos; e contribuir para o incremento das pesquisas científicas e tecnológicas realizadas no IFG.

Para solicitar este auxílio o servidor deverá, dentre outros requisitos, possuir projeto de pesquisa cadastrado na Instituição, ou ser orientador no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica ou fazer parte do corpo docente da pós-graduação do IFG, além do fato de possuir trabalho aceito pelo Comitê Científico do evento.

Em 2015, foi concedido auxílio financeiro para 71 servidores, docentes e técnico-administrativos, participarem em eventos científicos e tecnológicos realizados no Brasil e no exterior.

Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa (PROAPP/IFG)

O Programa de Apoio à produtividade em Pesquisa do IFG (PROAPP) tem como objetivo incrementar a pesquisa científica e tecnológica no Instituto Federal de Goiás, por meio da concessão de uma bolsa individual de incentivo à Produtividade em Pesquisa aos servidores com titulação mínima de mestrado, em função do mérito da proposta apresentada.

Além disso, o PROAPP tem como meta: possibilitar o envolvimento de forma direta de estudantes no mundo da pesquisa, por meio de sua participação nas pesquisas desenvolvidas pelos servidores.

Este Programa, criado no final de 2008, teve sua implementação em 2009, com a concessão de dez bolsas de R\$ 300,00 (trezentos reais), por um período de dez meses (março a dezembro de 2009). A partir de 2010, as bolsas PROAPP passaram a ter uma vigência de doze meses. Em 2011, estas bolsas foram reajustadas para R\$ 600,00.

A partir de 2014, a PROPPG alterou sua forma de incentivo aos projetos de pesquisa, passando à utilização do cartão BB-Pesquisa, no qual o fomento disponibilizado destina-se à execução do projeto, e suspendendo o pagamento de bolsas ao pesquisador. Para esse novo formato de fomento a pesquisa, os projetos de pesquisa são analisados, por consultores *ad hoc*, segundo seu mérito técnico-científico, e os currículos dos pesquisadores são pontuados segundo critérios estabelecidos em edital.

Além dos projetos de pesquisa submetidos ao Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa a Instituição mantém também um programa de cadastro de projeto de pesquisa. No

ano de 2015 estavam sendo desenvolvidos 199 projetos de pesquisa cadastrados na PROPPG, por pesquisadores dos diversos Câmpus do IFG.

O IFG também desenvolve Projetos de Pesquisa em parceria com outras Instituições de Ensino tanto públicas quanto privadas. No ano de 2015 estavam sendo desenvolvidos 9 (nove) projetos de diferentes áreas de conhecimento nos municípios de Aparecida de Goiânia, Goiânia e Itumbiara.

O Centro de Inovação Tecnológica (CITE)

O Centro de Inovação Tecnológica (Cite) do Instituto Federal de Goiás é o setor responsável por gerir a política de inovação e propriedade intelectual da Instituição. O Cite, implantado em novembro de 2010, é o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFG. Seus objetivos são: fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e empreendedorismo; criar parcerias com

empresas, Governo, associações; proteger e transferir para sociedade o conhecimento gerado por nossos pesquisadores; reconhecer e valorizar as pesquisas desenvolvidas no IFG por meio da classificação, proteção e divulgação dos resultados; socializar o conhecimento sobre propriedade intelectual e inovação, fornecendo a devida orientação a servidores, alunos e comunidade externa; contribuir para o desenvolvimento tecnológico do País.

Em 2015, o Cite realizou a proteção dos seguintes ativos tecnológicos: 1 (um) Programas de Computador e 2 (duas) Patentes de Invenção. O Cite ainda promoveu, por meio de projeto aprovado na Chamada CNPq-SETEC/MEC N ° 17/2014 - Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica, na Linha 3: Torneio de Educação Profissional, o primeiro Desafio IFG.

Visando fomentar os melhores projetos e fortalecer o espírito empreendedor no Instituto Federal de Goiás, o Desafio IFG, competição de Plano de Negócios, teve como objetivo selecionar e premiar as melhores equipes participantes e, conseqüentemente, converter as pesquisas aplicadas do IFG em novos negócios.

Ao todo foram inscritos 24 projetos, dos diferentes Câmpus do Instituto, e, dentre esses, 10 foram selecionados para as etapas seguintes, que consistiram de treinamentos e da competição em si, que foi realizada no campus Goiânia, no período de 12 a 14 de agosto de 2015. Foram elegíveis projetos que ainda estavam em fase de projeto assim como em estágio inicial de negócio, desde que ainda não possuíssem faturamento.

O Cite ainda promoveu o O Workshop de Ciência, Inovação e Tecnologia – WCite2015 foi promovido pelo Centro de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Goiás. O evento aconteceu no Teatro do Câmpus Goiânia no dia 9 de abril e teve por objetivo efetivar ações de pesquisa e desenvolvimento a partir do contato entre pesquisadores e empresas. O evento foi dividido em duas partes: 1) Interfaces de Inovação e 2) Café Empresarial.

O evento contou com o apoio da Fapeg, Fieg, PUC, UFG, Funape, Crti, Editora IFG, Techmall SA, Embrapa, Heinz do Brasil, Sustenergyn, Celg e Instituto Flamboyant. Com WCite2015, o Centro de Inovação Tecnológica encerrou o projeto aprovado pela Fapeg na Chamada Pública nº 14/2012, para Criação e Estruturação de Núcleos de Inovação Tecnológica. Ao todo, foram 570 inscritos e 414 participantes certificados.

A equipe do Cite em parceria com a Incubadora 3D submeteu ao Edital da FAPEG, nº 06/2015 – Apoio às Empresas Incubadoras de Base Tecnológica, o projeto: Fortalecimento da Incubadora 3D e Fomento da Cultura da Inovação Empreendedora no Estado de Goiás. O projeto foi aprovado com contratação de 3 estagiários, mantendo nossa parceria com a Incubadora 3D.

O Cite também desenvolveu o software para armazenamento de informações das propriedades intelectuais já realizadas no IFG. protegidos e contratos de transferência de tecnologia realizados pelo Centro de Inovação Tecnológica; cadastra os pesquisadores que possuem tecnologia protegida; informa as atividades necessárias ao andamento do processo a serem realizadas, com datas e prazos, monitorando a realização das mesmas; exibe o *status* do processo de pedido de proteção de cada tecnologia; automatiza a criação de determinadas atividades, bem como a alteração do *status* do processo segundo a execução das tarefas; e gera relatórios segundo filtros específicos de cada contrato e tecnologia.

Programa Ciência Sem fronteiras

O Programa Ciência sem Fronteiras é um programa do Governo Federal que busca promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes, e Secretarias de Ensino Superior (SESU) e de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC.

Em 2012 o Instituto Federal de Goiás enviou 6 (seis) alunos para realização de graduação sanduíche no exterior, sendo dois para a Suécia, um para a Austrália, um para a Itália, um para os Estados Unidos e um para o Canadá. Este número foi ampliado para 17 alunos, em 2013, 70 alunos em 2014, e 12 em 2015. Totalizando 105 alunos contemplados com bolsas de Graduação Sanduíche.

EXTENSÃO

A Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, tem desenvolvido ações que buscam fortalecer a sua atuação junto às Comunidades e promover a formação crítica e cidadã dos nossos alunos. Estas ações são implementadas por meio, da Coordenação Executiva, da Diretoria de Ações Sociais e da Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas que coordenaram ações relacionadas à organização do seguro estudantil, cadastro de cursos e projetos de extensão, assistência estudantil, elaboração de orientações para o uso dos refeitórios, acompanhamento da implantação dos refeitórios nos Câmpus, convênio com outras Instituições a fim de prospectar vagas de estágio e a realização de projetos de extensão e/ou pesquisa e registro de cursos nos respectivos conselhos. Também elaborou e selecionou ferramentas que viabilizem o acompanhamento dos egressos.

No ano de 2015 a PROEX desenvolveu as seguintes atividades: Projeto Comunidades Tradicionais em Rede; Edital Mais Cultura nas Universidades; Eventos Institucionais; Rede Nacional de Extensão; Estudos e Avaliação da Metodologia de Participação Nacional Cultura Viva e; Condução de Atividades Transversais da PROEX.

Diretoria de Ações Sociais

A Diretoria de Ações Sociais é responsável pela indução, orientação, viabilização e acompanhamento das políticas de formação inicial e continuada de trabalhadores, política de apoio e assistência aos estudantes, de projetos, programas e eventos sociais, culturais, artísticos, esportivos e de inclusão social desenvolvidos pelo IFG. Esta Diretoria contempla as Coordenações de Assistência Estudantil e de Ações Esportivas e Eventos.

A Coordenação de Assistência Estudantil visa assegurar a qualidade de vida dos estudantes, a melhoria do seu desempenho acadêmico, o seu desenvolvimento psicossocial, em respeito aos valores éticos de liberdade, igualdade, democracia, direitos e cidadania. Não obstante, promove o acesso, permanência, êxito e inserção profissional dos estudantes do

Instituto Federal de Goiás, possibilitando uma formação profissional de qualidade, inclusão e exercício pleno da cidadania.

Nesse sentido, desenvolveu as seguintes ações durante o ano de 2015: Equipe da Nutrição; Seguro Estudantil; Assistência Estudantil; Edital de Permanência para Alunos da Educação a Distância (EaD); Eventos; Projetos e Cursos de Extensão.

Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas

A Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas (DAPT) criada em 2014 é constituída por duas coordenações: a Coordenação de Ações Profissionais e Tecnológicas e a Coordenação de Relações Interinstitucionais e Convênios. A Diretoria atua na indução de políticas e práticas de estágio curricular obrigatório e não obrigatório, na viabilização e ampliação das ofertas de vagas de estágio; no acompanhamento de egressos; no credenciamento dos cursos regulares nos conselhos profissionais e, além disso, apoia e orienta os Câmpus em assuntos relacionados à sua área de atuação e encaminha às ações propostas pela Pró-Reitoria de Extensão.

No ano de 2015 foram firmados 63 convênios visando a prospecção de vagas de estágio. Também foram iniciadas parcerias com a SANEAGO- FORMOSA, visando o desenvolvimento de um sistema de plataforma WEB para a implantação de plano de segurança de água em sistema de abastecimento de água, para elaboração e implantação do plano de segurança de água no sistema de abastecimento de água de Formosa e Meia- ponte em Goiânia, o processo ainda está em andamento. Também foram iniciadas tratativas com a Prefeitura de Goiânia visando a realização do mapeamento socioeconômico histórico e cultural das comunidades tradicionais de matriz africana no município de Goiânia, esta parceria encontra-se em andamento.

O Projeto IFG-FUNASA, oriundo da assinatura do Termo de Execução Descentralizada nº 17, de dezembro de 2014 firmado entre a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA – e o Instituto Federal de Goiás – IFG – tem com o objetivo a capacitação de agentes municipais e o assessoramento técnico para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) de 70 municípios, com população abaixo de 50.000 habitantes do Estado de Goiás.

Coordenação de Relações Interinstitucionais e Convênios

A Pró-Reitoria de Extensão também promove a interlocução do IFG com a sociedade a fim de fomentar atividades que envolvam ensino, pesquisa e extensão. Para desempenhar seu papel é importante que se estabeleçam relações com as mais variadas Instituições públicas e privadas que se estabelecem por meio de instrumentos jurídicos. Em 2015 foram celebrados

parcerias com diversas Instituições visando a prospecção de vagas de estágio curricular. Atualmente, o IFG conta com 293 parcerias vigentes para a oferta de estágio curricular.

Algumas parcerias estão em andamento e em processo de análise e tramitação dentro do IFG ou na Instituição parceira, são elas: Empresa Brasileira de Telégrafos-Correios; Embrapa Arroz e Feijão; Prefeitura de Luziânia; Saneago de Formosa; Secretaria Municipal de Educação de Formosa; Universia Brasil; Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia.

Em atendimento ao art. 5 da Lei nº 11.788/2008, em 2015, foram firmados termos de convênio com quatro agentes de integração. Os agentes de integração são instituições que promovem e potencializam as relações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) com órgãos públicos, privados e profissionais liberais resultando em mais oportunidades de estágio aos estudantes. Atualmente o IFG possui parceria com oito agentes de Integração.

3.3.2 Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

O IFG oferece canais permanentes de acesso do cidadão à Unidade Jurisdicionada para fins de solicitações, reclamações denúncias ou sugestões, são eles: Carta de Serviços ao Cidadão, Serviço de Informação ao Cidadão, Ouvidoria, Comissão de Ética e Comissão Própria de Avaliação.

Ouvidoria

Como instância de controle e participação social, a ouvidoria visa assegurar aos cidadãos o direito de participar da gestão da Administração Pública, quer seja através de reclamações, solicitações, denúncias, sugestões ou elogios.

Em 2015 foi aprovada a regulamentação da Ouvidoria do IFG, que será implantada em 2016, como órgão interno vinculado à Reitoria, dotada de autonomia na sua atuação e com independência de seu titular, com mandato de 2 (dois) anos, nomeado pelo Reitor.

O Ouvidor atuará como mediador dos interesses institucionais do IFG junto à sua comunidade interna e aos setores da comunidade externa e terá como objetivo funcional o controle social sobre a atuação institucional do IFG e o acompanhamento sistemático do desempenho acadêmico e dos indicadores de avaliação do instituto. Caberá à Ouvidoria também ser o órgão de esclarecimento e elucidação dos questionamentos sobre a atuação do IFG em todos os seus setores.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) foi instituído no IFG no ano de 2012, atendendo ao disposto na Lei nº 12.257, de 18 de novembro de 2011, denominada Lei de Acesso à Informação, que tem como princípio que as informações produzidas e armazenadas no serviço público são da sociedade e obriga, dentro da transparência ativa, que os órgãos públicos criem o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) para atender e orientar o público quanto ao acesso às informações. A Lei também determina prazo limite de até 20 (vinte) dias prorrogáveis por mais 10 (dez) dias para os órgãos públicos responderem a pedidos de informação.

No IFG as informações podem ser solicitadas pessoalmente na sala do SIC, que funciona no prédio da Reitoria situado na Av. Assis Chateaubriand, nº 1658, Setor Oeste, Goiânia/GO; por telefone, através do número (62) 3612-2222; por e-mail, com envio de mensagem simples ou do formulário próprio do IFG para sic@ifg.edu.br; ou pelo Sistema de Informação e-SIC, no *link* <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>.

O SIC conta atualmente com 1 (um) servidor responsável pelos atendimentos e uma autoridade de monitoramento, tendo realizado no ano de 2015 um total de 1.304 (um mil, trezentos e quatro) atendimentos, que tiveram todos os prazos de resposta rigorosamente cumpridos, empregando-se um prazo médio de resposta de 11,58 dias no e-SIC.

Para facilitar o acesso ao usuário, há um banner com a logomarca do SIC na página inicial do sítio do IFG: www.ifg.edu.br. Basta que o usuário clique no banner para ser direcionado para a página do SIC.

Comissão de Ética

As comissões de ética têm por finalidade zelar pela aplicação Código de Ética Profissional do Servidor Público, Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, devendo apurar, mediante denúncia ou de ofício, condutas em desacordo com as normas éticas estabelecidas, além de recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito da instituição, o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas e comportamento ético. Integrante do Sistema de Gestão de Ética do Poder Executivo Federal, Decreto nº 6.029, de 1 de fevereiro de 2007, e vinculada à Comissão de Ética Pública da Presidência da República, a Comissão de Ética do IFG goza de plena autonomia em relação aos dirigentes da Instituição.

A Comissão de Ética do IFG conta com uma sala exclusiva localizada no Anexo da Reitoria, Rua T-46 com Rua R-17, Setor Oeste, Goiânia-GO, onde a Comissão, composta por 3 (três) membros titulares, 3 (três) suplentes e uma secretária-executiva, se reúne

ordinariamente uma vez ao mês, e extraordinariamente sempre mediante convocação do seu presidente, para apreciar e responder as consultas recebidas, examinar e pronunciar-se sobre representações e denúncias, fazer oitivas, fornecer orientações e planejar suas ações educativas. Na página eletrônica do IFG é possível acessar informações diversas acerca da Comissão de Ética no *link* <http://www.ifg.edu.br/index.php/comissaoetica>.

O contato com a Comissão de Ética, qualquer que seja a sua finalidade, deve ser feito por meio do endereço eletrônico etica@ifg.edu.br ou pelo telefone (62) 3251-5861 ou, ainda, pessoalmente, mediante agendamento prévio. O horário de funcionamento da Secretaria Executiva é de segunda à sexta, das 7h às 13h. O portal do IF disponibiliza um modelo de Formulário de Denúncia no *link*: <http://www.ifg.edu.br/index.php/comissaoetica/denuncia>.

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), prevista na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, é uma comissão permanente constituída para conduzir os processos internos de avaliação da Instituição. A atual Comissão foi eleita em 2014, conforme Portaria nº 2235, sendo composta por representantes de servidores docentes, técnico-administrativos e discentes.

A avaliação interna, ou autoavaliação, tem o propósito de promover uma cultura de avaliação no IFG que possa retratar o compromisso institucional em benefício da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Para tanto, a pesquisa se utiliza de questionários e é direcionada tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral. Os questionários buscam retratar a realidade da Instituição no intuito de contribuir para a melhoria do desempenho institucional nas suas áreas de atuação, como a elevação da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, a otimização das condições de trabalho dos servidores docentes e técnico-administrativos e a prestação de melhores serviços à comunidade interna e externa.

Devido à característica *multicampi* do IFG, a CPA conta com o apoio de Subcomissões de Avaliação constituídas nos *campi* da Instituição, exceto nos câmpus recém-implantados (Águas Lindas, Goiânia Oeste, Senador Canedo e Valparaíso de Goiás). As Subcomissões de Avaliação atuam sob coordenação geral, acompanhamento e supervisão da CPA, auxiliando-a em todo o processo de avaliação interna e elaborando os Relatórios Parciais de Avaliação de cada câmpus/Reitoria.

O acesso à CPA pode ser feito através do telefone (62) 3240-7750; pessoalmente no Anexo da Reitoria, localizado na Rua T-46 com Rua R-17, Setor Oeste, Goiânia-GO; ou através do *link* <http://www.ifg.edu.br/cpa/> .

Consultas Públicas

Uma prática que vem se consolidando no IFG é a realização de consultas públicas como mecanismo de participação da comunidade. Em 2015 foram realizadas as seguintes consultas:

*Regulamento da Comissão Permanente de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (CPPIR) – antes da aprovação, a minuta passou por um processo de discussão e debate em todos os câmpus do IFG, entre os membros da comissão provisória e as comunidades das unidades, além de consulta pública on-line no portal da Instituição. Servidores e alunos puderam enviar suas sugestões para o endereço eletrônico cppir@ifg.edu.br.

*Regulamento da Ouvidoria da Instituição – a comunidade acadêmica do IFG pode contribuir com a minuta de regulamento da Ouvidoria da Instituição. O documento foi colocado sob consulta pública para garantir a participação da comunidade na definição do regulamento através do *link* <http://www.ifg.edu.br/index.php/component/content/article/1-news/89747-ouvidoria-ifg>. Servidores e alunos participaram enviando suas sugestões para o e-mail ouvidoria@ifg.edu.br.

*Documentos relacionados à pesquisa no IFG – a comunidade acadêmica do Instituto Federal de Goiás (IFG) pode opinar a respeito de dois documentos: o Regulamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnologia (Pibicti) e a Norma para o credenciamento do IFG junto à Funape. Os dois documentos estiveram disponíveis na página da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (ProPPG), no *link*: <http://www.ifg.edu.br/proppg/index.php/regulamentosem-discussao>. Os interessados em opinar sobre o Regulamento do Pibicti puderam enviar suas contribuições para o e-mail: pibicti@ifg.edu.br e as contribuições à Norma para o credenciamento do IFG junto à Funape para o e-mail: fundacao@ifg.edu.br.

*Política de Assistência Estudantil – para garantir a participação da comunidade acadêmica na definição das políticas de assistência aos estudantes e dos programas a serem desenvolvidos para sua implementação é que foi disponibilizada a consulta pública da minuta da Política de Assistência Estudantil. A elaboração da minuta teve como base as diretrizes para a assistência estudantil estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), estabelecido pelo Decreto nº 7.234/2010 e

executado pelo Ministério da Educação. Para participar, foi disponibilizado pela Reitoria de Extensão (Proex) o formulário eletrônico <https://docs.google.com/forms/d/1Rp2TjQ5Mxt8GirFmXFW8yE3mtVhOG8VtkJLZgTUwT-w/closedform>.

Redes Sociais

As redes sociais também têm sido utilizadas como mecanismo de participação da comunidade. Os endereços disponibilizados são:

*IFG no *Twitter*: IFG_Goiás

*IFG no *Facebook*: IFG.oficial

*IFG no *Instagram*: ifg_oficial

Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão do IFG, instituída em atendimento ao Decreto Presidencial nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, tem por objetivo informar quais os serviços prestados pela Unidade Jurisdicionada, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Como documento obrigatório para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, que prestam serviços diretamente ao cidadão, o IFG disponibiliza, a partir de sua página inicial, o *link* www.ifg.edu.br/index.php/carta-de-servicos para sua Carta de Serviços ao Cidadão.

Boletim de Serviço

O boletim de serviço do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, previsto na Lei nº 4.965, de 5 de maio de 1966, é destinado a dar publicidade às Portarias emitidas pelo Gabinete da Reitoria e está disponível no *link*: <http://www.ifg.edu.br/gdrh/index.php/boletim>.

As portarias, que são os atos oficiais da instituição e dizem respeito a assuntos, tais como nomeação de servidores, designação de funções, formação de comissões e grupos de trabalho, afastamentos, mudanças de cargo, substituições de férias, designação de fiscais de contratos, dentre outros, têm sua atualização feita semanalmente no Boletim de Serviço.

Além da facilidade de manuseio do arquivo digital, a disponibilização do Boletim de Serviço permitiu ao Gabinete da Reitoria reduzir de 5 (cinco) para 3 (três) o número de vias impressas para cada portaria. Em 2015 foram publicadas 2.383 (duas mil, trezentas e oitenta e três) portarias, e, com tal procedimento, houve uma redução de cerca de 40% de gastos com

papel, além de redução do uso da impressora e energia elétrica, contribuindo significativamente para o meio ambiente na proposta da Campanha IFG sustentável.

Atos do Conselho Superior (CONSUP)

Os documentos aprovados em reuniões do Conselho Superior, a exemplo de atas e resoluções, também passam a contar com a ferramenta de busca, que permitirá ao interessado a localização de palavras-chave nos documentos. O acesso pode ser feito, respectivamente para atas e resoluções, através dos seguintes *links*: <http://www.ifg.edu.br/index.php/atas> e <http://www.ifg.edu.br/index.php/resolucoes>.

Além dos documentos citados, as reuniões do CONSUP são disponibilizadas em tempo real através de vídeo-conferência. Posteriormente, o interessado em assistir ou rever alguma reunião do CONSUP, pode fazê-lo acessando o *link*: <http://www.ifg.edu.br/index.php/videos>.

Atos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPEX)

As atas das reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPEX), também contam com a ferramenta de busca, que permitirá ao interessado a localização de palavras-chave nos documentos, através do *link*: <http://www.ifg.edu.br/index.php/atasens>.

Caso haja interesse em assistir as reuniões do CONEPEX pode-se solicitar a disponibilização da gravação diretamente ao Gabinete da Reitoria.

Relatório anual de atividades da Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (ProPPG)

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação disponibiliza no *link* <http://www.ifg.edu.br/proppg/index.php/relatoriosatividades> um relatório em que são apresentadas suas atividades desenvolvidas, relacionadas à Diretoria de Pesquisa e Inovação, incluída aí o Centro de Inovação Tecnológica, à Diretoria de Pós-Graduação, à Coordenação da Editora IFG e à Coordenação-Geral de Bibliotecas.

Prestação de contas da Unidade Jurisdicionada

Os Relatórios de Auditoria Anual de Contas e os Relatórios de Gestão do IFG estão disponíveis para consulta no *link* <http://www.ifg.edu.br/proad/index.php/prestacao>.

Portal Web do IFG

O Portal do IFG é o principal meio de comunicação com os públicos interno e externo. Neles são publicadas as informações institucionais e as notícias jornalísticas a respeito dos acontecimentos importantes da Instituição.

O acesso pode ser feito através do *link* www.ifg.edu.br.

Implantação do sistema GUIA/DAA

O Sistema GuiaDAA, implantado em 2015, reúne orientações, manuais, tutoriais, referências rápidas e informações detalhadas sobre conceitos e procedimentos que envolvem as atividades da Diretoria de Administração Acadêmica e da Coordenação de Registro de Diplomas da Pró-Reitoria de Ensino do IFG. O sistema GuiaDAA pode ser acessado através do endereço: <http://guiadaa.ifg.edu.br>. Atualmente, o sistema possui 19 categorias e aproximadamente 65 artigos que documentam algum procedimento específico, listados a seguir:

- *Acadêmico Web
- *COSIEE
- *CRD – Reitoria
- *Calendário Acadêmico
- *Colação de Grau
- *ENEM
- *EaD
- *Manual do Q-Acadêmico
- *Matrícula
- *Mobilidade Acadêmica
- *Módulo de Diplomas
- *Perda de Vaga
- *Posse de Diários
- *Preparação do Início e Fim de Período
- *SISTEC
- *Sistema Acadêmico
- *Solicitação de Documentos pelo Aluno via Web
- *Transferência Discente
- *VisãoIFG

Desenvolvimento do sistema de solicitação de documentos para as CoRAEs

O sistema para solicitação de documentos para as CoRAEs foi implementado utilizando o Limesurvey, que é a plataforma de questionários online utilizada pelo IFG. Com este sistema o aluno poderá solicitar um documento (por exemplo, declaração de matriculado e

frequentando, declaração de matrícula no período, histórico parcial, etc) para a CoRAE e busca o documento após um período pré-estabelecido.

O sistema para solicitação de documentos para as CoRAEs é útil para minimizar o atendimento presencial para as solicitações deste tipo de demanda. O sistema foi desenvolvido no segundo semestre de 2015. Para acessar o sistema no contexto de Goiânia, veja em: <http://limesurvey.ifg.edu.br/index.php/699792>.

Sistema Acadêmico - Q-ACADÊMICO

É um Sistema de Gestão Acadêmica integrada que foi projetado para administrar os mais diversos setores e departamentos das instituições de ensino. Pode controlar os câmpus de forma centralizada, com controles individuais para cada unidade e suas gerências de ensino.

O Q-Acadêmico, disponível no *link* <http://academicoweb.ifg.edu.br/>, possui também o módulo Web, que permite ao estudante ter acesso às suas notas, frequência, horário individual, download de materiais de aula disponibilizados pelos professores, matrizes curriculares, conteúdo programático das disciplinas, informações como ofertas de estágio, histórico escolar, aprovação ou dependência, consulta de manuais, renovação de matrícula, dentre outras informações sobre sua vida acadêmica.

Além dos alunos e professores, também podem acessar o sistema os pais de alunos, empresas, técnicos administrativos e egressos da instituição.

Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)

O IFG utiliza o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), que tem por objetivo a informatização dos processos administrativos do Instituto, facilitando assim a gestão da instituição. O sistema tem a característica de ser modular e de permitir a seleção dos módulos que serão utilizados pela Instituição.

Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas

Em 2015, as bibliotecas do IFG passaram a utilizar um novo sistema de gerenciamento: o Sophia. O novo *software* será utilizado por todas as bibliotecas da Instituição com o objetivo de padronizar o tratamento e o compartilhamento da informação, proporcionando maior segurança à recuperação dos dados, além de melhor acesso e uso por parte dos usuários.

Por meio do *software* Sophia, serão disponibilizados aos estudantes e servidores diversos serviços, como envio de informações de acordo com o perfil do usuário; consulta ao acervo; empréstimo/renovação via terminal *web*; realização de pesquisas com os usuários como forma de avaliar, aprimorar e ampliar os serviços das bibliotecas.

O acesso ao sistema é feito pelo *link* www.biblioteca.ifg.edu.br. A partir desse endereço, os usuários poderão realizar pesquisas, renovações, reservas e sugestões para aquisição de obras, além de visualizar histórico de circulação, avaliar os materiais informacionais e receber mensagens das bibliotecas pelo terminal web e por e-mail.

Para utilizar os serviços, os usuários deverão utilizar as credenciais IFG-ID: <http://www.ifg.edu.br/dti/ifg-id>. O Sophia está integrado com o Q-Acadêmico e o SUAP, o que permite a sincronização dos usuários com o sistema. Assim, a partir do momento em que o discente ou o servidor for cadastrado, ele estará automaticamente apto a usar o Sophia.

Conselhos de Câmpus (CONCÂMPUS)

O Conselho de Câmpus – Concâmpus, regulamentado pela Resolução IFG nº 006, de 23/03/2015, foi constituído com a finalidade de democratizar a tomada de decisões no âmbito das políticas de ensino, pesquisa, extensão e administração em cada câmpus do IFG, concorrendo para que a Instituição cumpra sua função social.

O Concâmpus, órgão máximo do Câmpus, é uma instância Institucional que, em conformidade com os princípios expressos na legislação do IFG, no planejamento institucional, nas políticas acadêmicas mediante escuta, participação e deliberação da comunidade, conduz processo decisório de forma compartilhada e complementar com a Direção-Geral do Câmpus, no que se refere à gestão administrativa, orçamentária e acadêmica. É um colegiado normativo, consultivo e deliberativo, segundo as matérias, temas e institucionalidade vigente no âmbito do Câmpus.

O Concâmpus, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor, tem a seguinte composição:

Membros natos:

Diretor (a)-Geral do Câmpus;

Chefe(s) do(s) Departamento(s) das Áreas Acadêmicas;

Diretor/Gerente de Administração do Câmpus;

Gerente de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação do Câmpus;

Gerente/Coordenador(a) de Administração Acadêmica e Apoio ao Ensino;

Coordenador(a) de Recursos Humanos e Assistência Social ao Servidor;

Demais membros:

01 (um) representante dos Coordenadores de Cursos, eleito por seus pares, por Departamento de Áreas Acadêmicas;

02 (dois) representantes dos técnico-administrativos em educação, em efetivo exercício, para os câmpus onde houver apenas um Departamento e, para os câmpus com mais de um Departamento de Áreas Acadêmicas, o equivalente a 01 (um) representante para cada Departamento, eleitos entre todos os seus pares do câmpus;

02 (dois) representantes dos docentes, em efetivo exercício, eleitos por seus pares, para os câmpus onde houver apenas um Departamento de Áreas Acadêmicas e 01 (um) representante por Departamento, para os demais câmpus;

02 (dois) representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares, para os câmpus onde houver apenas um Departamento de Áreas Acadêmicas e 01 (um) representante por Departamento, para os demais câmpus;

01(um) representante dos pais, desde que haja uma organização representativa dos pais no câmpus, sem vínculo empregatício com a Instituição;

02 (dois) representantes da sociedade civil, preferencialmente oriundos de organizações vinculadas à educação e aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, presentes na microrregião que o câmpus se fizer presente, por meio de suas entidades representativas, sem vínculos empregatícios com a Instituição;

01 (um) representante dos Órgãos Governamentais, do Conselho ou da Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente do Conselho Municipal de Educação, sem vínculo empregatício com a Instituição.

Para cada membro efetivo do Concâmpus haverá um suplente, cuja designação obedecerá às normas previstas para os titulares, à exceção dos membros natos. Terão direito a voto todos os membros titulares, sendo o voto do presidente somente em caso de empate. Os membros suplentes podem participar de todas as reuniões do Conselho, sem direito a voz e voto e, na ausência dos respectivos titulares, com direito a voz e voto, bem como podem participar das Comissões Especiais e de Câmaras com direito a voz.

Em atendimento ao Decreto Presidencial nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, o IFG tem adotado medidas para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Infraestrutura

Foram concluídos os projetos relativos à acessibilidade para os Câmpus Anápolis, Aparecida de Goiânia, Formosa e Luziânia. Os projetos contemplam a utilização de piso tátil direcional e de alerta e placas de identificação, rampas, adequação de corrimãos em rampas e escadas e banheiros destinados à pessoas com deficiência.

Alteração em projetos do Câmpus Anápolis no que tange à acesso nas calçadas e sinalização.

Identificação de vagas para idosos e pessoas com deficiência nos estacionamentos da Reitoria, e dos Câmpus Aparecida de Goiânia e Goiânia.

Comunicação

Vídeo em Libras para divulgação do Vestibular do curso de Ciências Sociais – Servidores do Câmpus Formosa do Instituto Federal de Goiás (IFG) produziram e editaram um vídeo para as redes sociais para realizar a divulgação, em Libras (Língua Brasileira de Sinais), do curso de Ciências Sociais que é ofertado pela unidade no Vestibular 2015/2. O vídeo objetivou incentivar a participação das pessoas com deficiência auditiva no processo seletivo. O vídeo pode ser acessado no *link*: <http://www.ifg.edu.br/index.php/component/content/article/1-news/89648-campus-formosa>.

Vestibular para o curso de Pedagogia Bilíngue (Letras/Libras) – O vestibular deste curso é realizado com edital próprio e é todo inclusivo. Para a divulgação do processo seletivo foi disponibilizado um vídeo explicativo, como mostrado no *link*: <https://www.facebook.com/IFG.oficial/videos/1184924404869177/>. As provas são interpretadas/traduzidas para os candidatos que precisam e 30% das vagas são reservadas para surdos. As inscrições se deram em novembro e dezembro de 2015.

IFG Mobile – O IFG Mobile é um aplicativo que tem como objetivo apresentar o Instituto Federal de Goiás para toda a comunidade acadêmica, reunindo diversas informações relevantes sobre a instituição. O aplicativo implementa características de acessibilidade que permitem que leitores de tela ajudem usuários cegos ou com problemas de visão a interagir com o dispositivo, adicionando respostas faladas, audíveis e por vibração ao dispositivo. O IFG Mobile possibilita consultar informações sobre a reitoria, os câmpus do IFG, além de informações sobre os cursos, os telefones e os procedimentos acadêmicos relacionados aos cursos da Instituição e à vida acadêmica dos alunos. São disponibilizadas também no aplicativo, no link “Fique informado”, as notícias mais importantes da Instituição. Além dessa seção, o aplicativo conta com outras: “Conheça o IFG”, que traz o histórico da Instituição, além de informações sobre a reitoria e os câmpus; “Manual do aluno”, com as dúvidas frequentes,

rotinas acadêmicas, direitos e deveres do discente, programas e projetos e assistência estudantil; “Regulamentos”, que traz informações sobre os cursos técnicos integrados, cursos de graduação, especializações e mestrado. Também foi implementado o "Painel do Aluno", que é uma área restrita aos alunos com vínculo contendo informações e conteúdos exclusivos. Os seguintes conteúdos já estão disponíveis para consulta do aluno: Histórico, Boletim (notas e faltas), Horário e Material de Aula. O aplicativo IFG Mobile está disponível no Google play para dispositivos com o sistema Android e na AppStore para dispositivos com o sistema iOS.

Ações Pedagógicas

Trabalho de Iniciação Científica intitulado “Estudo da Viabilidade de Implantação de Calçadas Sustentáveis na Cidade de Uruaçu” – Trabalho apresentado pela aluna Camila Ribeiro, estudante do 7º semestre do curso de Engenharia Civil, do Câmpus Uruaçu, juntamente a orientadora Andreia Alves e a colega Sthefanny Caroline, cujo objetivo era criar um projeto que unisse acessibilidade, sustentabilidade e mobilidade. O trabalho foi apresentado no Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão (Simpeex), que, em 2015, foi realizado no Câmpus Luziânia do IFG e agregou diversas ações, como apresentações de trabalhos, seminários, feira cultural e outras atividades em sua programação e reuniu servidores e alunos de vários câmpus do Instituto e, também, pessoas da comunidade externa que se inscreveram para participar da programação.

Projeto de Inovação Tecnológica intitulado “A condução de deficiências sensoriais (visuais e auditivos) em edificações de forma interativa por rádio frequência” – Projeto sobre condução de deficientes em edificações com foco na acessibilidade, apresentado pelo professor do Câmpus Inhumas do Instituto Federal de Goiás (IFG), Murilo Borges Silva, dentro da programação do III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (III FMEPT), realizado em Recife (PE), na parte dedicada à Mostra de Inovação Tecnológica. Um dos objetivos da pesquisa é utilizar uma forma automática de condução de um deficiente sensorial assistida por Identificação por Rádio Frequência (RFID), acionando sinais visuais e/ou auditivos em ambientes controlados, permitindo assim que deficientes físicos sejam conduzidos por ambientes comerciais.

Curso de Extensão Formação Inicial em Libras para Agentes em Segurança Pública – A cargo da Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (Gepex), o curso foi realizado no segundo semestre de 2015, no Câmpus Jataí do IFG, tendo sido oferecidas 20 (vinte) vagas, das quais quatro destinadas à comunidade interna e dezesseis à comunidade externa.

Oficina de Capacitação em Libras – realizada durante a Semana de Planejamento 2015/2 do IFG, no Câmpus Jataí, a oficina teve por objetivo a capacitação dos professores que atuarão em turmas que possuam alunos surdos e oficina para uso dos softwares utilizados no âmbito acadêmico por professores e Coordenadores de curso.

Curso Básico de Libras – Ministrado no Câmpus Itumbiara do IFG, o curso foi realizado pela Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (Gepex) do Câmpus. O conteúdo programático abordara fundamentos teóricos e práticos de Libras e também questões de acessibilidade, aspectos culturais, políticos e linguísticos relacionados aos indivíduos surdos. O objetivo é capacitar e formar agentes de inclusão. O curso é aberto à participação de servidores, alunos dos cursos de nível médio e superior.

Cursos de Extensão em Libras – oferecido no segundo semestre de 2015 pela Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX), do Câmpus Anápolis do IFG, através de Chamada Pública.

Ações Institucionais

Capacitação para a comunidade acadêmica do Câmpus Aparecida de Goiânia para comunicação com pessoas surdas – Objetivando uma boa recepção e comunicação com alunos do curso superior de Pedagogia Bilíngue Libras-Português no Câmpus Aparecida de Goiânia do Instituto Federal de Goiás (IFG) é que a comunidade acadêmica está sendo capacitada com cursos em diferentes formatos. Professores, servidores técnico-administrativos e alunos estão recebendo orientações da coordenação do curso, que será o primeiro do País na modalidade presencial e é oferecido para pessoas ouvintes e surdas.

Ofertas de vagas de estágio na área de interpretação de português-libras – Os Câmpus do IFG ofereceram um total de 11 (onze) vagas para oferta de estágio, com número idêntico de cadastro de reserva. As vagas foram assim distribuídas: Cidade de Goiás 01 (um), Goiânia 02 (dois), Jataí 03 (três) e Aparecida de Goiânia 5 (cinco), sendo 01 (um) reservada para pessoa com deficiência. Os estagiários aprovados no Processo Seletivo Público cumprirão 30 (trinta) horas semanais, se estudante de curso superior, e 20 (vinte) horas semanais, se estudante de Ensino Médio. Dentre as atividades a serem desempenhadas destacam-se: apoiar os alunos deficientes auditivos, interpretando discursos, palestras, aulas expositivas, comentários, explicações, debates, enunciados de questões avaliativas e outras reuniões análogas. Interpretar discussões e negociações entre pessoas que falam idiomas diferentes (Libras e Português) e

executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao atendimento ao discente no câmpus.

Concurso para professor substituto/temporário na Área/Subárea Educação/Intérprete de Libras – a seleção foi feita através de processo seletivo simplificado com disponibilidade de vaga para o Câmpus Jataí do IFG.

Encontro de discussão sobre a atuação dos intérpretes de Libras no apoio aos estudantes surdos – promovido pelo Câmpus Jataí do IFG, o encontro visou tratar da situação dos alunos surdos matriculados nos cursos da Instituição. No encontro foram repassados aos estudantes surdos orientações a respeito do papel do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), assim com os direitos e deveres que permeiam o processo educacional que visa promover a inclusão dos alunos surdos.

Convênio entre o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e o IFG para oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e Língua Portuguesa) – Licenciatura, na modalidade a distância.

Composição de Comissão Provisória com a finalidade de promover estudos de Implantação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) no Câmpus Anápolis, com o caráter de ação desencadeadora, precedendo a implantação nos demais Câmpus e Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

3.3.3 Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

A assistência ao estudante tem como finalidade suprir a necessidade básica, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola, com iniciativas típicas de assistência social, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do estudante na Instituição.

Os principais resultados alcançados com a concessão do auxílio financeiro para os estudantes, consolidaram no IFG a política de incentivo ao desenvolvimento da pesquisa através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do IFG – PBIC/IFG, a participação em eventos científicos e tecnológicos e a experiência na prática dos conteúdos teóricos apreendidos.

O IFG também proporcionou a permanência do estudante carente na Instituição, oferecendo Bolsas de Estudos e Monitoria, juntamente com os ambientes adequados ao aprendizado, tais como: bibliotecas, laboratórios de informática com acesso à Internet e específicos das áreas tecnológicas, atividades esportivas e culturais, dentre outras.

As bolsas são concedidas por meio de seleção de projetos das diversas áreas de atuação do IFG, garantindo a participação do corpo discente nos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação realizados por servidores (docentes e técnico-administrativos) por meio do pagamento de bolsas de estudos com recursos do CNPq e do orçamento da Instituição.

Os programas de apoio pedagógico e financeiro tradicionalmente implementados pela Instituição, através das bolsas de monitorias, de estudo/trabalho e de estágio, foram ampliados nos últimos anos com a aprovação do programa institucional de bolsas de iniciação científica e tecnológica, PIBIC e PIBIT, a participação nos programas da CAPES e CNPQ e com as bolsas de iniciação à docência, PIBID nos cursos de licenciatura.

Todas essas ações visam estimular a permanência do estudante, a ampliação das práticas pedagógicas e de formação profissional e cidadã do discente. Ao mesmo tempo, se constituem em importantes mecanismos de inserção do estudante na vida acadêmica institucional. Para o período de vigência do novo Plano de Desenvolvimento Institucional, 2012 a 2016, estão previstas as seguintes ações:

- Criar a coordenação de apoio pedagógico ao estudante no âmbito dos departamentos de áreas acadêmicas, complementando a estrutura organizacional do ensino nos *Campi*.
- Sistematizar a política de concessão de apoio financeiro ao estudante por meio das bolsas de assistência social, de monitoria e de estágio da Instituição, assegurando-se o acompanhamento do desempenho acadêmico do discente bolsista nos estudos e nas atividades de trabalho desenvolvidas, a partir de parâmetros definidos pelas Pró-Reitorias envolvidas.
- Readequar o regulamento de assistência estudantil ao estudante dos cursos da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.
- Publicar eletronicamente e manter atualizados os documentos da legislação acadêmica da Instituição aprovados no Conselho Superior.
- Estruturar programa institucional de iniciação à docência tendo como referência o programa PIBID da CAPES.
- Incluir no calendário acadêmico da Instituição período para realização de atividades pedagógicas discentes e docentes relevantes para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral, por meio das Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Estruturar política e programa de apoio pedagógico ao discente no âmbito dos departamentos de áreas acadêmicas com a participação dos docentes e técnico-administrativos,

ampliando o atendimento ao estudante, a partir dos trabalhos desenvolvidos nos projetos de dedicação exclusiva e nas experiências acumuladas em cada *Campus*.

- Desenvolver trabalhos, campanhas de prevenção do uso de drogas, DSTs e educação sexual, trânsito, segurança e saúde do trabalhador, direitos e deveres civis, preservação do meio ambiente e combate a violência nas suas diferentes formas, por meio de projetos e parcerias institucionais, com base em ações já desenvolvidas e articulando calendário de ações regulares.

- Disponibilizar Manual Acadêmico atualizado aos discentes com orientações sobre procedimentos acadêmicos e itens mais relevantes da legislação acadêmica, do organograma e do regimento institucional.

- Adequar os espaços escolares às necessidades dos estudantes portadores de necessidades especiais em cada *Campus*.

- Integrar as ações de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE) do MEC, criando os núcleos em todos os *Campi* e formas de preparar e qualificar todos os docentes e servidores técnico-administrativos que irão trabalhar com esse público.

- Criar o programa e implantar a biblioteca virtual do IFG, com a disponibilização de artigos, monografias e teses.

- Construir a casa do estudante em cada *Campus* para estudantes ingressantes do ensino técnico e superior maior de dezoito anos, oriundos de municípios distantes a mais de 100 quilômetros da Instituição e que comprovarem necessidade social, conforme critérios estabelecidos pelas Pró-Reitorias e profissionais envolvidos.

- Sistematizar a política de concessão de apoio financeiro ao estudante por meio de programas de assistência estudantil (bolsas de estudo, auxílios financeiros etc.), de monitoria e de estágio da Instituição, assegurando o desenvolvimento de projetos de acompanhamento e desenvolvimento do desempenho acadêmico do discente bolsista nos estudos e nas atividades propostas, a partir de parâmetros definidos pelas Pró-Reitorias e profissionais envolvidos mediante avaliação continuada destes programas e projetos.

O IFG oferece assistência ao estudante com o objetivo de viabilizar a sua permanência em sala de aula e contribuir para a melhoria do seu desempenho acadêmico. Portanto, aprovar, garantir e ampliar a implementação de Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás devem receber a atenção de todos os segmentos que compõem a comunidade interna da Instituição e serem consagrados no Plano de Desenvolvimento Institucional. Nesse sentido, deverá ser oferecido apoio material aos

estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social por meio de bolsas de demanda social e de ações de apoio social, psicológico, médico e odontológico.

A partir de triagem das necessidades de saúde apresentadas pelos estudantes, são realizados:

- Atendimentos de urgências médicas e odontológicas de prioridade moderada a baixa.
- Consultas ambulatoriais programadas e previamente agendadas no Setor de Saúde do *Campus*.
- Encaminhamento das emergências ou urgências de prioridade absoluta (onde há risco de morte) aos serviços médicos e odontológicos existentes no município.

Com o objetivo de melhorar a qualidade das relações acadêmicas nas mais diversas situações de conflitos ou insatisfações, oferece-se aos estudantes do IFG um apoio e acompanhamento psicossocial, pautado nos preceitos da Psicologia Escolar e da Assistência Social. Dessa forma, busca-se identificar os diversos fatores que interferem na situação acadêmica do estudante e traçar ações “promocionistas”, preventivas e intervencionistas a fim de evitar ou reverter quadros de conflitos ou de insatisfações, sejam elas por parte dos estudantes, servidores ou comunidade externa.

As bolsas de apoio financeiro no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) são oferecidas a estudantes após a avaliação do seu perfil socioeconômico, priorizando-se aqueles que apresentem maior condição de carência. Esses estudantes apresentam uma contrapartida de vinte horas semanais, desenvolvendo atividades prioritariamente relacionadas à sua área de formação, prestando auxílio nos laboratórios, bibliotecas ou setores acadêmicos, de forma a também proporcionar-lhes uma complementação da aprendizagem e integração com atividades acadêmicas da Instituição.

Outra forma de bolsa existente refere-se às monitorias, ou seja, estudantes que apresentem bom desempenho acadêmico em disciplinas da área de Ciências, como Matemática, Física, Química e Biologia, prestam apoio a estudantes com maior dificuldade de aprendizagem. Dessa forma, os monitores são desafiados a auxiliar os colegas com maior dificuldade, bem como, a também ampliar os seus próprios conhecimentos.

O IFG mantém um programa de auxílios financeiros, que visam incentivar o estudo e a permanência do estudante no Curso. Atualmente, são mantidas três modalidades de auxílio estudantil, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) cada.

O **Auxílio Alimentação** tem periodicidade mensal e é destinado aos estudantes que necessitam de auxílio financeiro para alimentar-se durante sua permanência no IFG. O **Auxílio Transporte** tem periodicidade mensal e é destinado aos estudantes que necessitem de auxílio financeiro para viabilizar o deslocamento da sua residência para o IFG. E o **Auxílio Permanência** tem periodicidade mensal e é destinado aos estudantes que possuem comprovada necessidade financeira específica ou emergencial, que não estão contempladas com os auxílios Alimentação e Transporte.

A quantidade de estudantes beneficiados por *Campus* do IFG é definida anualmente pela Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Administração e são disponibilizados por meio da publicação de editais que podem ser consultados no link <http://www.ifg.edu.br/extensao/index.php/extensao-acoes-sociais/extensao-assistenciaoestudante>.

Para o ingresso nos cursos ofertados pelo IFG, o estudante pode optar por participar dos processos seletivos (ensino médio) e vestibulares (ensino superior) pelo Sistema Universal (livre concorrência) ou pela Reserva de Vagas (Lei nº 12.711/2012). O IFG estabelece cota de 50% para estudantes oriundos da Rede Pública de Ensino, na qual está prevista também a opção de autodeclaração de raça/etnia (preto, pardo ou indígena). Os outros 50% das vagas são destinados à livre concorrência entre os inscritos.

A respeito das políticas de atendimento aos estudantes, a pesquisa *online* buscou saber:

- a concepção que têm os Discente da Pós-Graduação e do Ensino Superior a respeito das **Bibliotecas** dos *Campi* (espaço físico, informatização, horário de atendimento, atendimento aos usuários, acervo, periódicos e revistas especializadas).
- a percepção que têm os Docentes sobre os projetos de **Extensão** (viabilização dos projetos).

3.4 EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

Como este relatório tem abordagem parcial, será apenas comentada a Dimensão cinco para este eixo. A análise mais detalhada ocorrerá no Relatório 2016. Conforme o Art.3º da Lei nº 10.861, a Dimensão V se refere:

“V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;”

3.4.1 Dimensão 5: Política de Pessoal

Conforme o Organograma Institucional, a Administração do IFG tem como órgãos superiores o Conselho Superior, o Colégio de Dirigentes e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo que a presidência desses conselhos é exercida pelo Reitor. É importante ressaltar, no entanto, que o IFG é organizado numa estrutura *multicampi*, com proposta orçamentária anual identificada para cada *Campus* e para a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é composto por representantes dos docentes, dos discentes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da Instituição, da sociedade civil organizada, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do IFG, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica. O Colégio de Dirigentes é uma instância de caráter consultivo, sendo composto pelo Reitor, Pró-Reitores e Diretor-Geral de cada um dos *Campi* que integram o Instituto Federal. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Goiás é um órgão consultivo e de proposição de ações para as políticas institucionais inerentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Goiás.

O Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás dispõe sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento da Instituição, logo, também do Colégio de Dirigentes, do Conselho Superior e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O IFG tem como órgão executivo a Reitoria, composta pelo Reitor, pelo Diretor-Executivo (substituto do Reitor) e 5 (cinco) Pró-Reitores. Podem ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.

A Reitoria, como órgão de administração central, pode ser instalada em espaço físico distinto de qualquer um dos *Campi* que integram o IFG, desde que previsto em seu Estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação.

O Instituto Federal de Goiás tem trabalhado para o funcionamento das instâncias consultivas e deliberativas da Instituição, tais como o Colegiado de Departamentos, o Conselho Departamental das Áreas Acadêmicas, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, as Câmaras Temáticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Colégio de Dirigentes e a sua instância máxima, o Conselho Superior, atuando na proposição e aprovação de regulamentações que disciplinam e orientam as ações institucionais.

O organograma do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás está estruturado conforme a seguir.

ORGANOGRAMA DO IFG

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências
Conselho Superior	De caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. É composto por 30 (trinta) membros, com mandatos de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se o Reitor, que é membro nato e presidente do Conselho.
Colégio de Dirigentes	De caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, com a seguinte composição: a) o Reitor, como presidente; b) os Pró-Reitores; c) os Diretores-Gerais dos Câmpus.
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	Órgão consultivo e de proposição de ações e políticas institucionais referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Goiás.
Comissão Própria de Avaliação – CPA	Comissão permanente constituída para conduzir os processos internos de avaliação da Instituição, pela sistematização e pela prestação de informações referentes à avaliação institucional, visando ao aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa.
Comissão de Ética	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor público, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, por promover apuração do comprometimento ético e por aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por prestar assessoramento ao Conselho Superior e à Reitoria, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente da Instituição.
Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos – CIS	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por prestar assessoramento ao Conselho Superior e à Reitoria para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal técnico-administrativo da instituição.
Diretoria Executiva	É o órgão de assessoramento direto à Reitoria, responsável pela articulação das políticas e ações para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
Auditoria Interna	É o órgão de assessoramento à Reitoria responsável pelo controle e fortalecimento da gestão, assim como pela racionalização das ações no âmbito de todo o Instituto, e pelo apoio, dentro de suas

	especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.
Procuradoria Federal	É o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e outras atividades de que a lei dispõe, caracterizando-se como Procuradoria especializada, nos termos previstos no Artigo 10, § 3º, da Lei nº. 10.480/2002, observada a legislação pertinente.
Gabinete	É o órgão subordinado à Reitoria responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.
Pró-Reitoria de Ensino	É o órgão subordinado à Reitoria responsável pela proposição e condução das políticas de ensino, no âmbito da educação profissional e científica de nível médio e de graduação, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.
Pró-Reitoria de Extensão	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de estágio, inserção, valorização e interação dos profissionais formados pela Instituição com o mundo do trabalho, pela proposição e condução das políticas de formação inicial e continuada de trabalhadores, política de assistência estudantil, bem como pela proposição e desenvolvimento de toda política de extensão para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
Pró-Reitoria de Administração	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de gestão administrativa, patrimonial, de suprimento de bens e serviços e de aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Objetivos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	É o órgão responsável pela proposição e sistematização do planejamento estratégico da Instituição, pela proposição e condução das políticas de gestão de pessoal, tecnologia da informação, pelo levantamento, atualização, sistematização e avaliação dos dados estruturais para subsídio à definição das políticas institucionais, bem como pela compilação dos dados de desempenho da Instituição no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.

Fonte: Relatório de Gestão 2015

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão Própria de Avaliação conduziu a autoavaliação institucional referente ano de 2015, produzindo o Relatório de Autoavaliação Institucional em seu formato parcial para avaliar parte das dez dimensões do SINAES. A CPA se deparou com fatores que influenciaram nas atividades previstas, tais como restrições no orçamento do Governo Federal, que impactou nas reuniões da Comissão e a greve dos servidores, que ocasionou mudança nos calendários acadêmicos de 2015, fazendo com que diversas subcomissões locais e membros da CPA interrompessem suas atividades, alterando, assim o cronograma previsto para a conclusão das análises. Entretanto, esta Comissão conseguiu aplicar os questionários de autoavaliação institucional para os segmentos Técnico-Administrativos, Discentes, Docentes, Gestores e Comunidade Externa. Para tanto, contou com o apoio da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e de seus representantes titulares e a colaboração de suplentes para elaborar, conduzir e apresentar o resultado da pesquisa relatado no presente relatório.

Os questionários de autoavaliação *online* estiveram disponibilizados à comunidade, no período de 15 de dezembro de 2015 a 29 de janeiro de 2016 e contou com a divulgação por meio da Diretoria de Comunicação Social do IFG. Para complementar esses dados, foram inseridos, de acordo com a necessidade, elementos demonstrativos do Relatório de Gestão 2015, bem como informações do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

A pesquisa atual contou com o total de 2.324 participantes, o que representa 25,25% da participação esperada, com respostas distribuídas nos segmentos Técnico-Administrativos, Discentes da Graduação, Discentes da Pós-Graduação, Docentes, Gestores e Comunidade Externa. Mas, é importante ressaltar que, conforme preconiza a NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES N° 065, “*O processo de autoavaliação da IES deverá ser consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa.*” Esta cultura de autoavaliação encontra-se em fase de construção, haja vista que os processos de avaliação interna e externa ainda não foram bem assimilados pela comunidade acadêmica do IFG, desde o seu marco legal, a Lei 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES).

Por outro lado, a CPA agradece o pronto atendimento da comunidade acadêmica do IFG ao responder o segundo questionário *online* de autoavaliação disponibilizado nesta Instituição,

que teve um acréscimo de participação geral de 69% em relação ao questionário anterior aplicado em 2012, quando recebeu um total de 1.373 respondentes da pesquisa..

É importante ressaltar que a CPA do IFG passou por experiências que foram se somando, desde sua composição inicial, passando pela comissão anterior, reconstruída em caráter provisório por meio da Portaria nº 1.431, de 27 de agosto de 2012, até chegar à comissão atual, sendo esta formada por meio de processo eleitoral, com vistas a atender a determinação legal. Não obstante, a instituição conseguiu formar sua primeira comissão eleita e nomeada pela Portaria Nº 2235, de 1º de dezembro de 2014, sendo eleitos 5 membros Titulares (2 Docentes, 2 Discentes e 1 Técnico-Administrativo) e 3 Suplentes (2 Docentes e 1 Discente), além de dois membros indicados pelo Conselho Superior, conforme esta Portaria, sendo 1 Titular e 1 Suplente. O Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, aprovado pela Resolução Nº 06, de 31 de março, de 2014, prevê a composição equilibrada desta comissão sendo 2 representantes titulares e 2 representantes suplentes de cada segmento: Técnico-Administrativo, Docente, Discente e Sociedade Civil Organizada. Portanto, fica evidente que a cultura de autoavaliação institucional ainda precisa ser alcançada, haja vista que o processo eleitoral não conseguiu formar a CPA eleita, de maneira completa, por não haver na comunidade interna o quantitativo de agentes interessados em participar deste processo de extrema importância na instituição. Os percalços enfrentados pelas comissões, em seus momentos diferentes, revelam a necessidade de maior conscientização e comprometimento por meio de toda a comunidade acadêmica a fim de se formar a cultura de autoavaliação almejada.

Ao serem publicados, os resultados desta avaliação devem constituir objeto de análise e discussão no Conselho Superior, Reitoria, Direção dos *Campi* e a comunidade acadêmica em geral, na perspectiva de produzir sentidos para a autoavaliação institucional, consolidando, assim, a cultura de participação democrática de todos os segmentos internos e da comunidade externa, além de contribuir com o planejamento institucional do IFG, seu aprimoramento e o melhor desempenho nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão.

O presente Relatório de Autoavaliação Institucional referente ao ano de 2015 e já representa em si um resgate dos valores no sentido de construir esta cultura almejada, pois é resultado da ação harmoniosa e conjunta da CPA com a gestão da instituição e atende, em parte, a recomendação da comissão anterior no que se refere à composição equilibrada da CPA prevista no regulamento próprio.